



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARCIA WEYH SCHNORRENBERGER

**REFLEXÕES ACERCA DO DEBATE TEÓRICO E PRÁTICO SOBRE A
CONCEITUAÇÃO DA AÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

**Florianópolis
2022**

MARCIA WEYH SCHNORREBERGER

**REFLEXÕES ACERCA DO DEBATE TEÓRICO E PRÁTICO SOBRE A
CONCEITUAÇÃO DA AÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Professor Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento.

Florianópolis
2022

MARCIA WEYH SCHNORREBERGER

**REFLEXÕES ACERCA DO DEBATE TEÓRICO E PRÁTICO SOBRE A
CONCEITUAÇÃO DA AÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS.**

ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado atendendo às normas da lei vigente da Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social.

Florianópolis, 30 de Novembro de 2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. Helder Boska de Moraes Sarmiento
Orientador

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.a Dra. Eliete Cibele Cipriano Vaz
1a Examinadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Assistente Social Cleuzi Maria da Luz
2a Examinadora
CRESS 12/5954

Florianópolis
2022

A hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem ideias, princípios, categorias e entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. Tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história.

Myriam Veras Baptista

*De que valem os versos se não são lidos?
De que vale o conhecimento se ele não for compartilhado?
O fluxo da vida segue a linha do acaso, mas não por acaso,
Todos fazemos algo que precisa ser partilhado.*

Marcia Weyh Schnorrenberger

AGRADECIMENTOS

Um todo com várias partes, incompletas, que vão se completando à medida que se vai percorrendo o caminho da vida. É isso que somos. Impossível começar a agradecer sem ser pelo começo. Mas como o tempo é escasso e as páginas curtas, opto pelo presente e o passado recente.

À minha mãe, meu pai e meus avós dedico todos os ganhos e conquistas. É por eles que estou aqui e sou quem sou. A minha mãe Neli e meu pai Marcio, agradeço por todo apoio em todos os momentos, desde o nascimento. A minha madrinha Remi, por sempre estar presente. As minhas tias e tios, agradeço pela companhia e conselhos. Aos meus avós, agradeço pelo carinho e amor. Ao meu irmão, agradeço por me fazer crescer sabendo compartilhar e brincar.

Foi no ensino médio que as primeiras faíscas de um pensamento crítico surgiram. Através da literatura encontrei um belo lugar para chamar de meu. Aos meus professores de Literatura e Português: Ana, Thiago e Cris, obrigada por mostrarem o mundo como ele é e as mais variadas formas de lutar por tudo aquilo que eu não quero que ele seja. Aos meus treinadores de Atletismo: Arataca e Martina, agradeço às possibilidades de uma educação melhor e de adentrar no mundo do esporte que me acolheu e me proporcionou tantas coisas incríveis. Aos meus amigos desse período, agradeço por ter um lugar seguro para compartilhar minhas dúvidas e anseios, e por constituírem uma grande parte do meu ser e do meu pensamento.

Nesse mundo complexo do ensino superior, através do serviço social, me foi possível aguçar e trabalhar a minha sensibilidade perante o mundo. Pensar de forma ampla e crítica, sem se deixar levar pelo imediatismo do momento e das decisões e ações fáceis. Agradeço aos professores do curso por me proporcionarem uma educação de qualidade, buscando sempre a reflexão sobre a sociedade, visando a construção de um mundo mais justo e igualitário. Em especial, deixo meu agradecimento ao Professor Hélder e a Professora Eliete, que me acolheram em suas pesquisas e mostraram que pesquisar sobre o serviço social pode ser uma grande satisfação. Ao professor Hélder, agradeço por aceitar o desafio da orientação, e por nunca desistir de resistir com sensibilidade e cuidado em um mundo que tem o ódio como propulsor.

Um dos momentos marcantes e especiais dentro da graduação, é o período de estágio, e eu agradeço a sorte de ter tido a supervisão de duas Assistentes Sociais que são exemplo para mim: Ana Paula e Cleuzi. À Ana agradeço por todos os momentos de debate e de companheirismo, pelas poesias e lanchinhos, pelo carinho e disposição de sempre buscar o melhor e de propor mudanças no mundo. Também agradeço a possibilidade de ter conhecido e

participado do NETI, e de entender um pouco mais sobre as questões que permeiam o envelhecimento ativo. À Cleuzi, agradeço por todo o crescimento e verdade. Por ter me proporcionado os mais variados espaços de aprendizagem. Por me mostrar que é possível ser assistente social sem perder a criatividade e a paixão pela profissão, assim como é imprescindível seguir sempre aos nossos valores éticos e morais, tomando posição sobre os assuntos, sem se vender.

Às ‘meninas’ do PAEFI: Tamara, Helaine, Eva, Valéria, Adry, Bruna, Pri, Aline, Denise e Janete, agradeço por me acolherem e pelo laço que criamos. Foi muito importante escutar vocês sobre os mais variados assuntos. Acredito que com a força desse coletivo, qualquer coisa pode ser feita.

Deixo aqui um agradecimento especialíssimo: às profissionais que participaram do grupo focal, meu muito obrigada! Sem vocês essa pesquisa não seria possível. Obrigada por abordarem tantos assuntos que são de extrema importância para a nossa categoria, e por permitirem que o mundo conheça um pouco mais sobre a realidade dos profissionais que atuam na assistência social.

Ademais, saliento que sem o apoio das minhas amigas e companheiras de curso: Carol e Gabi, nada disso teria sido do jeito que foi. Todos os momentos de acolhimento, conversa e risadas, das comidinhas preparadas e tardes de estudos incansáveis juntas, me mostraram a potência que tem a amizade e aquela frase: “Juntos somos mais fortes.”. Agradeço por me acompanharem nesse processo e por todos os momentos que vivenciamos.

Agradeço ao meu companheirinho de vida: Jonas, por tudo. Por ser aconchego e certeza. Por escutar meus choros e angústias, por me ajudar com seus ótimos conselhos de psicólogo formado. Obrigado por escutar todas as vezes que eu quis ler o meu gigante trabalho de conclusão de curso, e por se empolgar cada vez que eu avançava.

Por último, agradeço as minhas amigas de vida: Natalia, Izabel, Bruna e Adair que conviveram e me acompanharam ao longo da graduação, possibilitando a construção de um percurso mais leve e feliz.

Assim, concluo com a única certeza de que existo e de que essa existência proporciona encontros indescritíveis. Apesar dos tempos adversos no qual nos encontramos, acredito que o amor ainda seja a saída. Seguimos juntos na luta!

SCHNORRENBERGER, Marcia Weyh. **Reflexões acerca do debate teórico e prático sobre a conceituação da ação profissional dos assistentes sociais.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso visa apresentar os resultados da pesquisa realizada acerca da conceituação da Ação Profissional dos Assistentes sociais. Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é identificar os principais fundamentos teórico-metodológicos presentes no conjunto categorial sobre ação profissional do Serviço Social no pensamento de Baptista e Trindade e suas implicações no exercício profissional dos assistentes sociais. Para isso, utilizou-se como referencial teórico as autoras Myrian Veras Baptista e Rosa Lúcia Predes Trindade, dado o indicativo de que ambas possuem vasta produção bibliográfica sobre o tema. Para além da discussão teórica, optou-se pela realização de um grupo focal com Assistentes sociais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social que permitiu identificar quais as concepções que as profissionais estão tendo da ação profissional, suas reflexões sobre a conceituação e bases teóricas para a execução da ação profissional no ambiente de trabalho. Como resultados, foi identificado que Baptista se dedica a analisar e realizar discussões e reflexões sobre a relevância da investigação na prática profissional, enquanto Trindade salienta a importância do debate da constituição da conceituação sobre ação profissional, à medida que apresenta uma série de argumentos que qualificam a ação. Em relação ao grupo focal, sinalizou-se que as assistentes sociais abordam as principais questões que perpassam a ação profissional no dia-a-dia, trazendo para a pesquisa científica assuntos urgentes para a categoria.

Palavras-chave: Serviço Social; Ação Profissional; Prática Profissional; Exercício Profissional; Assistente Social.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A AÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS ESTUDOS DE MYRIAN VERAS BAPTISTA	15
2.1 A QUESTÃO DA INVESTIGAÇÃO NA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL	15
2.2 DELIMITAÇÕES SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL	19
2.3 TEORIA E PRÁTICA: APONTAMENTOS E REFLEXÕES	22
3 A AÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO PENSAMENTO DE ROSA LÚCIA PRÉDES TRINDADE	26
3.1 PRÁTICAS DO SERVIÇO SOCIAL E PROJETO PROFISSIONAL	26
3.2 A PRÁTICA E O “SABER-PODER” DO ASSISTENTE SOCIAL NO MEIO SÓCIO-JURIDÍCO	30
3.3 UMA PERSPECTIVA PARA O INSTRUMENTAL TÉCNICO-OPERATIVO DO SERVIÇO SOCIAL	31
3.4 A AÇÃO PROFISSIONAL EM QUATRO DIMENSÕES: INDIVIDUAL; COLETIVO; ADMINISTRATIVO-ORGANIZACIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CAPACITAÇÃO E PESQUISA	36
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AUTORAS: CONCEITUANDO A AÇÃO PROFISSIONAL	42
4.1 MYRIAN VERAS BAPTISTA	42
4.2 ROSA LÚCIA PRÉDES TRINDADE	46
5. GRUPO FOCAL COM ASSISTENTES SOCIAIS DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS)	53
5.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	53
5.2 GRUPO FOCAL: EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DO CONTEÚDO	56

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	77

1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que a realidade é sempre mais complexa e mais caótica que aquilo posto na teoria, isto é, nossa capacidade de explicação e compreensão dela. Porém, para sustentar este pressuposto, é preciso afirmar que uma não se organiza sem a outra, são interdependentes. Primeiro, porque há a necessidade humana de planejar, organizar, articular. Sem planejamento não tem como existir ganhos futuros, e assim é para o trabalho dos Assistentes Sociais. Segundo, porque a disposição para a mudança, no que tange a atuação profissional, deve estar atrelada à transmissão do conhecimento adquirido, ou seja, para que se possa auxiliar a outros profissionais a buscar melhorias nas práticas e a evolução de suas ações cotidianas, se torna necessário escrever - transmutar - a prática para a teoria. Por isso, o desafio e a importância dessa pesquisa.

Além do que, muito se tem falado sobre a ação profissional, mas pouco se tem colocado a prioridade em formular uma base teórica sobre o tema. Quase não há autores, dentro da categoria, discutindo sobre a conceituação do que seria a prática/ação profissional dos trabalhadores assistentes sociais, em que consiste, ou mesmo uma definição do que seria essa ação propriamente dita.

A pesquisa da qual esse trabalho faz parte, cuja título é “Serviço Social: Concepções e fundamentos sobre a ação profissional” é desenvolvida junto ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social – GEPSS/UFSC. Assim, cabe contextualizar o projeto da pesquisa original que tem a intenção de estudar e analisar as principais características que vêm sendo abordadas dentro da temática da ação profissional. Com isso, utilizou-se como referência, os seguintes autores: Ana Maria Vasconcelos; Cláudia Mônica dos Santos; Myriam Veras Baptista; Regina Célia Miotto; Rosa L. Prêdes Trindade; Vicente de Paula Faleiros e Yolanda Guerra. Escolha que se justifica pelo conjunto de produção bibliográfica dos mesmos referente a atuação profissional e seu vasto referencial bibliográfico acerca do assunto. O projeto inicial, elaborado pelo Professor Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento, traz ênfase às transformações pelas quais a profissão vivenciou ao longo da trajetória de constituição do Serviço Social brasileiro, centrando-se nas principais tensões observadas no âmbito da formação e exercício profissional, tendo como eixo dessa investigação a intervenção ou prática profissional. Assim, identifica a necessidade de aprofundamento e constante reflexão sobre a ação profissional enquanto espaço privilegiado de interlocução e pesquisa na área, afinada à compreensão dos seus fundamentos. A partir deste delineamento apresenta como um dos eixos de discussão a importância de desvendar as nomenclaturas, os conceitos e os fundamentos que permeiam expressões usadas

muitas vezes de forma aleatória na área, tais como: ação, intervenção, práxis, prática e outras; para se referir ao fazer profissional.

Desta forma, partindo da categorização destas distintas expressões utilizadas pela profissão volta-se para os fundamentos sobre a ação profissional de forma a identificar as forças e tendências que concebem o Serviço Social como disciplina, profissão, trabalho, processos de trabalho e que na maior parte das vezes não são debatidas e explicitadas de forma clara nas pesquisas que tratam da profissão e de seu fazer profissional.

Assim, ressalta-se que o interesse em trabalhar com essa temática aparece, da participação da autora, na condição de bolsista PIBIC, no período de agosto de 2021 a dezembro de 2022, da pesquisa supracitada. Foi no contexto desse campo de pesquisa que surgiu o interesse em adentrar na busca por uma delimitação da ação profissional, suscitando as mais variadas questões sobre o tema.

Não obstante, a pesquisa se justifica também, pela ordem teórica, por pensar e formular dados, promovendo a dimensão investigativa no exercício profissional do serviço social, assim como o movimento de renovação de conhecimentos dentro da área, o que influencia para o aumento da formulação de pensamento crítico, tanto como a possibilidade de produzir novos saberes para a profissão.

No que tange aos motivos de ordem prática, espera-se entender o que os profissionais (sujeitos que participaram desta pesquisa) compreendem em relação a temática, como sintetizam a ação profissional e os instrumentais que a constituem, pois com isso pode-se gerar uma sistematização da prática, possibilitando para o profissional, através das informações que serão organizadas ao longo dessa pesquisa, referencial teórico para basear suas ações e estratégias. Assim, a sistematização aparece para os assistentes sociais, como apresentado por Netto (1989), em duas alternativas:

Na primeira alternativa, a sistematização (da prática) aparece como uma dupla requisição: de uma parte, é a condição para otimizar a própria intervenção prática, organizando e generalizando a experiência dos assistentes sociais e cristalizando pautas de procedimento profissional, reconhecidas como tais e transmissíveis via formação institucional; de outra, e fundamentalmente, é o passo compulsório para a fundação profissional, viabilizando o “recorte” de um “objeto” em função do qual a elaboração teórica desenvolveria o seu movimento de constituição de um saber específico. (NETTO, 1989, p. 150).

A vista disso, construir e pensar pesquisa em serviço social movimenta não só a produção acadêmica acerca da profissão, mas também a própria categoria a pensar e articular ações eficazes, que condizem com a realidade da qual são parte, na construção de enfrentamento das demandas que fazem a assistência social (e outras áreas) existir enquanto campo de trabalho. Salientado por Almeida (2012),

A sistematização no trabalho do assistente social é antes de tudo uma estratégia que lhe recobra sua dimensão intelectual, posto que põe em marcha uma reflexão teórica, ou seja, revitaliza e atualiza o estatuto teórico da profissão, condição social e institucionalmente reconhecida para a formação de quadros nesta profissão. (ALMEIDA, 2012, p. 5).

Voltar o olhar para dentro da categoria e, especificamente sua ação profissional, é de extrema importância para a construção de seu caminho dentro da divisão social do trabalho. Por isso, com o acúmulo de informações gerados por essa pesquisa, espera-se democratizar o debate sobre a prática profissional, a fim de envolver os demais profissionais do serviço social e criar, cada vez mais, uma identidade para a categoria, no sentido de que seja compreendida, vista e valorizada.

Para essa sistematização foram selecionadas as autoras e Assistentes Sociais Rosa Lúcia Prêdes Trindade e Myrian Veras Baptista. A escolha de Baptista e Trindade se torna significativa nesse viés pois as autoras debatem o tema em diversas de suas publicações, contribuindo de forma expressiva para a construção desse saber dentro da profissão. Assim, os profissionais das áreas práticas e teóricas serão beneficiados com a pesquisa, acrescentando nas discussões e criando referencial teórico sobre o assunto.

Não obstante, objetivou-se a realização de um grupo focal para observar quais os debates referentes à ação profissional que os profissionais da prática estão considerando significantes. O grupo focal possui o objetivo de observar as dicotomias presentes na relação entre teoria e prática e como essas interferem na realidade da categoria, em seus processos de trabalho.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é identificar os principais fundamentos teórico-metodológicos presentes no conjunto categorial sobre ação profissional do Serviço Social no pensamento de Baptista e Trindade e suas implicações no exercício profissional dos assistentes

sociais. A pesquisa também conta com os objetivos específicos voltados a: Levantar a produção bibliográfica de Baptista e Trindade, que tenha como objeto as categorias que referenciam ação profissional; Identificar as principais categorias, sua concepção e os pressupostos teóricos apontados no conjunto desta produção bibliográfica; Construir hipóteses sobre o acervo categorial no âmbito do exercício profissional; Identificar como a ação profissional é interpretada na prática profissional. Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa parte de uma abordagem qualitativa com dois momentos, uma da pesquisa bibliográfica e, a outra, empírica (grupo focal).

O primeiro, pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, consiste na análise dos textos previamente selecionados no projeto do PIBIC, que correspondem a pesquisa aqui já abordada, referente às autoras Myrian Veras Baptista, a qual foram contemplados nove textos, do período de 1986; 1995; 1987; 1997; 2006; 2009 e 2014, e Rosa Lúcia Prêdes Trindade, a qual foram contemplados três textos, do período de 2001; 2011 e 2012. A análise tem o foco em selecionar quais termos as autoras utilizam para seu referencial da ação profissional, qual o sentido empregado. Os conceitos utilizados pelas autoras foram quantitativamente agrupados, para a observação dos termos mais utilizados.

O segundo momento, de base empírica, concentra-se em um grupo focal com as assistentes sociais do CREAS, por ser esse o local de estágio da autora e, além de sua inserção no espaço, também possuir um vínculo com a instituição.

O terceiro, como momento de síntese, é a união das referências bibliográficas selecionadas e apresentadas às profissionais, com o resultado do grupo focal, isto é, suas reflexões e problematizações sobre o conteúdo apresentado, o que possibilitou gerar os resultados de todo o trabalho de conclusão de curso em Serviço Social.

2 A AÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS ESTUDOS DE MYRIAN VERAS BAPTISTA

Myrian Veras Baptista foi uma pesquisadora e assistente social, com vasta experiência de docência e uma investigadora de alto nível do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assim como foi representante do Serviço Social nesse conselho. Também foi coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NCA), além de participar de um número considerável de projetos e pesquisas ao longo de sua carreira. A autora é referência no Serviço Social brasileiro, assim como de outros países da América Latina e na Europa. Tinha como linha de pesquisa o tema sobre Serviço Social: Identidade, formação e Prática. Ademais, lecionou como professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, na qual também assumiu o cargo de coordenadora do Programa de Pós-Graduação. Infelizmente, Baptista faleceu em setembro de 2015.

No que tange às obras selecionadas da autora, apresentar-se-á para debate, os seguintes textos: O estruturalismo genético de Lucien Goldmann e o estudo da prática no serviço social. (1986); A Ação Profissional no Cotidiano (1995); Novas perspectivas da participação na ação do serviço social. 1987); A produção do conhecimento no Serviço Social. Serviço Social e Contemporaneidade (1997); O que particulariza a investigação na prática profissional do assistente social? A investigação na Prática Profissional (2006); Introdução à reflexão sobre a investigação histórica no serviço social (2006); A característica interventiva retira da investigação a sua cientificidade? A investigação na Prática Profissional (2006); Prática Social/Prática Profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas (2009); e A relação teoria/método: base do diálogo profissional com a realidade (2014). Neles, alguns temas ganham destaque, como por exemplo, a investigação no serviço social e a relação teoria e prática dentro da profissão. Em específico, o conceito de Prática Profissional é recorrente em sua escrita, sendo um ponto importante para compreender seu pensamento. Cabe assim, aprofundar nesses tópicos.

2.1 A questão da Investigação na Prática do Serviço Social

O tema da investigação é muito presente na bibliográfica da autora Myrian Veras Baptista, sendo o foco dessa investigação a categoria dos assistentes sociais e a sua prática profissional. Para ela, a investigação permite realizar uma crítica de superação dos

conhecimentos que já foram produzidos, como também elaborar novos, para que seja possível viabilizar novos caminhos e condições para a atuação profissional. A investigação aparece como um

estudo sistemático em busca de conhecimentos e respostas em relação a determinado objeto com o fim de incorporá-lo, de maneira comunicável e comprovável, a um corpo de conhecimentos de que se dispôs em dada área de reflexão, esse estudo sistemático expressa uma concepção determinada do que seja essa área, do sentido e dos lugares que ela ocupa no amplo contexto dos conhecimentos. (BAPTISTA, 2006, p. 15)

Para a construção de sua análise sobre a investigação, utiliza como referência uma série de autores que também contemplam o tema. Apresenta o pesquisador John Dewey¹, que é o primeiro a vincular a questão da investigação científica com a intervenção social realizada em sociedade, sendo que para esse autor “a investigação é a transformação controlada ou direta de uma situação determinada, nas suas distinções e relações constitutivas, a ponto de converter os elementos da situação originária em um todo unificado” (BAPTISTA, 2006, p. 16). Nessa perspectiva, é preciso compreender que as situações postas ao exercício profissional são indeterminadas, e que isso configura a situação-problema que vai ser investigada, apontando para uma solução que gera uma situação nova, porém um pouco menos indeterminada que a última. Essa proposta se estrutura em dois níveis, no dos fins alternativos e no das operações a realizar, e procura priorizar uma análise crítica, sob o viés da consistência pedagógica.

A pesquisa científica realizada pelo serviço social tem como objetivo reunir conhecimentos que possam contribuir para a intervenção sobre a realidade e as relações sociais com os sujeitos, analisando formas de agir sobre as demandas postas pela sociedade. Aí se dá a importância do profissional utilizar da relação entre teoria e prática para realizar a sua intervenção, pois utilizando-se disso, torna-se possível construir um caminho científico para a investigação de sua ação, fugindo do imediatismo que o cotidiano requer, buscando formas de ampliar o seu olhar frente às mais variadas conjunturas que se apresentam. Não obstante, recuperando o panorama sobre a investigação em serviço social, Baptista (2006) coloca que entre as décadas de 1950 e 1960,

¹ Baptista apresenta as ideias do autor em dois momentos: a primeira através de uma citação de Esteves (1986), e a segunda aponta como referência (DEWEY, 1938: 487-511), ambas citações presentes em Baptista, (2006, p. 16.)

os trabalhadores sociais estavam empenhados em situar a pesquisa tendo por base uma divisão entre a investigação básica e a investigação aplicada ou operacional, incluindo nesta última a pesquisa de conversão dos conhecimentos das ciências sociais à **prática profissional.**” (BAPTISTA, 2006, p. 18)

Nesse momento a investigação básica assume um caráter mais geral, visando os aspectos mais amplos da profissão, e a pesquisa operacional assume o lugar de foco nas situações particulares e concretas, tendo como central as decisões mais imediatas apresentadas pela ação profissional, sendo classificada dessa forma quando tem fins utilitários, contribuindo para solução de problemas do dia a dia. Esse processo sinaliza para Macdonald² uma contribuição que ajuda a desenvolver a investigação dos profissionais da área para a formação de um corpo sólido de conhecimento, servindo como base para a expansão e aperfeiçoamento das metas e tornando mais científico o saber produzido pela categoria.

Holtz³ pontua que a investigação no serviço social pode ser considerada uma pesquisa aplicada, dado que responde a problemas práticos do cotidiano e tem o fim de aprofundar nos conhecimentos utilizados para a intervenção profissional. Assim, o saber científico é realizado pela acumulação de diversos conhecimentos que são construídos através de muitos anos de estudo, possibilitando que a atuação vá além do agora, no qual a informação acumulada influencia um processo de sistematização da prática. Todavia, o desafio que é posto está em “realizar estudos e análises de teorias construídas pelas ciências sociais para convertê-las, de modo que viabilizem a construção de uma teoria prática do serviço social.” (BAPTISTA, 2006, p. 20), sendo que essas teorias das ciências sociais podem incrementar a base teórica da profissão, oferecendo novos ideais, proporcionando a multidisciplinaridade na atuação.

A reflexão sobre a intervenção profissional é formulada através da reconstrução analítica das condições internas da investigação científica e de suas condições sociais (BAPTISTA, 2006, p. 23), dado que se constitui através de múltiplos conhecimentos e que esses representam um processo complexo, no qual o ser humano desenvolve seu potencial criativo em relação ao meio no qual vive, formulando teleologicamente em seu pensamento ações e vivências simbólicas a sua existência, visando a melhoria das ações executadas.

No manual articulado por Urrutia, nos anos 1980, através do Centro Latino Americano de Trabajo Social (Celats)⁴, apresenta-se a investigação sobre a ação como contribuinte para a eficácia profissional, assim como o fato de ter a intervenção profissional como horizonte possibilita a ocorrência de uma mudança na relação da investigação uma vez que “o que era

² Citado por Baptista (2006, p. 18)

³ Citado por Baptista (2006, p. 19)

⁴ Citado por Baptista (2006, p. 24)

sujeito do conhecimento passa a ser sujeito da prática, e o objeto científico passa a ser o objeto real.” (BAPTISTA, 2006, p. 24). Apesar disso, ainda é nítido a desqualificação que se tem sobre o conhecimento que é voltado para a intervenção, assim como a aceitação de que essa temática não cabe em uma perspectiva dialética de investigação científica, à medida que não transforma o sujeito da prática, objeto real, em um objeto da cientificidade.

Salienta-se que o que caracteriza a investigação dos profissionais que trabalham com as demandas sociais é a intervenção profissional, dado que, a partir do conhecimento produzido e pesquisado/estudado dentro da categoria, será possível realizar intervenções assertivas mediante a prática profissional. Nesse sentido, é dentro do movimento dinâmico da realidade e do dia-a-dia do trabalho que se tem base para investigar as problemáticas postas nas relações capitalistas, e assim gerar potencial crítico para avanço em pesquisas, tanto como em novas produções de conhecimento, como oferecendo novas condições para a atuação dos profissionais, que passam a ter uma vasta base teórica de apoio. Assim, a intenção com a construção de um conhecimento com base na investigação, procura, para além da compreensão e explicação da realidade, instrumentalizar a categoria sobre “um tipo determinado de ação sobre esse real” (BAPTISTA, 2006, p. 29).

Todavia, apesar de ter a intervenção profissional como perspectiva, não se pode considerar que a investigação seja apenas utilitarista e imediatista. Pelo contrário, significa que independente de qual seja o objeto, é necessário analisá-lo dentro de um contexto social amplo e complexo, que leve em consideração as suas características históricas, políticas e sociais, visando uma prática que possa ser eficaz e assertiva, superando práticas espontâneas e ações pontuais, no intuito de construir uma "metodologia dinâmica da ação” (BAPTISTA, 2006, p. 29).

Baptista apresenta que a ação profissional é complexa, se desenrola em um espaço social determinado, no qual as relações sociais são estabelecidas pela estrutura pré-existente, ocorrendo em diferentes esferas, tanto na formulação de políticas, como nas relações institucionais, ou nos micros acontecimentos sociais. Portanto, é nos diferentes níveis postos acima que acontecem as experimentações de novas maneiras da ação profissional, que devem estar apoiadas em conhecimento prático e teórico para seu sucesso. Sendo assim, ao longo de sua prática, os profissionais vão averiguar os diferentes momentos para a investigação, e que podem estar em um mesmo viés de pesquisa.

Dessa forma, é importante que para o desempenho profissional haja o controle do mesmo sobre a definição das etapas de sua ação, que tenha um planejamento e que esse plano possa se adequar às variáveis mudanças da sociedade, uma vez que a cotidianidade da prática

expõe demandas imediatas, mas que possuem raízes mais profundas e que essas também necessitam ser tratadas. É por aproximações sucessivas, indo do universal ao particular, das micro relações para as macro, que será possível analisar as possibilidades de ação imediata tanto quanto as de longo prazo, utilizando-se de todo conhecimento adquirido ao longo da trajetória profissional e pessoal para traçar a metodologia da ação. A autora coloca que para a ação ser efetiva “sobre uma situação, é preciso conhecê-la como uma totalidade que tem diferentes dimensões e se relaciona com totalidade maiores.” (BAPTISTA, 2006, p. 32), e que é necessária uma abordagem transdisciplinar ao que tange o conhecimento, não se limitando às especificidades da ação profissional, se apropriando dos conhecimentos construídos pela ciência ao longo dos anos.

Cabe enfatizar que o conhecimento é um instrumento de trabalho para a categoria na prática profissional, e a investigação se apresenta como algo que permite a categoria evoluir na sua forma de trabalho, que possa buscar construir um saber crítico e voltado para a realidade social que a cerca, considerando todos os obstáculos que apareçam no caminho, aperfeiçoando essa ação e democratizando os espaços de conhecimento.

2.2 Delimitações sobre a prática profissional

Para Baptista (2009), a prática profissional está localizada dentro da gama de práticas sociais. Para essa explicação, retoma alguns autores que debatem o tema: Gramsci, Vázquez e Marx.

A prática social para Gramsci⁵ representa a práxis, explicando-se como a resultante da relação entre a vontade humana, a superestrutura e a infraestrutura econômica.

Já para Vázquez⁶, a práxis simboliza a atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano, no que salienta que existem uma infinidade de práticas sociais que se adequam ao tempo e aos movimentos sociais nos quais sucedem e se realizam.

Aponta também as reflexões de Marx⁷ sobre a prática social, sobre a qual esse autor coloca a ontologia do ser social. O trabalho se encontra dentro da ontologia como uma categoria que é necessária para o desenvolvimento do mundo humano-social, pois é através do trabalho

⁵ Citado por Baptista (2009, p. 13)

⁶ Citado por Baptista (2009, p. 14)

⁷ Citado por Baptista (2009, p. 14)

que o homem organiza sua vida e afazeres, produzindo e sanando suas necessidades, através de práticas voltadas para a realização do seu bem-estar.

Assim, com base nestas referências, coloca Baptista (2009), “o homem é o único ser que constrói a sua história, indo além do reino das necessidades em busca do reino da liberdade, para o que deve transcender os limites da naturalidade: ele é sujeito e objeto de sua criação, o mundo humano-social.” (BAPTISTA, 2009, p. 15). Dentro dessa prática social, o homem se constitui como um ser individual que ao mesmo tempo que é coletivo, ou seja, tem suas necessidades pessoais, suas ambições e desejos, também se constitui enquanto um ser social, que sente a vontade de interagir e estar em comunidade. O nível de alienação⁸, de fragmentação e de cultura no qual o sujeito está envolto diz respeito ao tanto de individualidade que representa, ou a seu papel social.

Partindo para a análise da prática profissional, especificamente do serviço social, afirma que essa representa uma estrutura complexa, dado que, suas relações, “por um lado, expressam determinado tipo de intervenção no âmbito das práticas sociais; por outro, resultam de uma especialização do trabalho coletivo no contexto da sociedade, determinada pela divisão sociotécnica do trabalho.” (BAPTISTA, 2009, p. 17). Assim, explicita o processo dual da prática profissional, que se de um lado representa uma esfera da prática social, que trabalha com as relações humanas e suas complexidades, por outro está inserida no mercado de trabalho, no qual o profissional vende sua força de trabalho para um patrão que delimita suas funções e atividades. Ainda assim, é o assistente social que tem domínio sobre como irá executar a sua prática, dado que possui certa autonomia de condução das situações, que foram constituídas ao longo dos anos por sua formação de vida e acadêmica. O processo de trabalho se encontra dentro de uma estrutura pronta na sociedade, onde se desenrolam as relações sociais e trabalhistas, dialogando com diversas áreas do saber, assim como trabalhando em conjunto com outras formas de estruturas presentes na comunidade.

Na perspectiva da autora, a concepção de prática profissional dos assistentes sociais está em transformação, substituindo-se a concepção tradicional por uma mais dinâmica, que

⁸ À alienação atribui-se o significado dado por Marx, citado por Silva (2005), o qual salienta que: “Marx desenvolveu sua análise sobre a dinâmica do capitalismo formulando um aspecto de natureza filosófica ao falar da “alienação”, do “fetichismo da mercadoria” e da “reificação”. O capitalismo produz a alienação do homem afastando-se de si mesmo e dos outros homens na medida em que seu corpo, seu espírito, e seus amigos lhe são afastados. Durante todo o dia são trabalhadores, porém não têm clareza do que fazem ao se depararem com as mercadorias produzidas. As mercadorias não lhes aparecem como objetos feitos por eles, mas sim na forma de mercadoria, pois no mercado elas ganham vida própria, e eles, os trabalhadores, se tornam objetos que seguem as regras do mercado. Se não as consumirem não existem são “excluídos do mercado”.” (SILVA, 2005, p. 103).

compreende a profissão dentro de um processo histórico, inserida no contexto das relações sociais.

Partindo da sistematização do método dialético, Baptista (1986) retoma os estudos de Lucien Goldmann⁹, sobre o estruturalismo genético, com o objetivo de aplicar seus métodos de investigação nas pesquisas sobre a prática profissional. A perspectiva goldmanniana tem como categoria central a totalidade, compreendendo os fatos sociais como algo amplo, envolto de uma totalidade composta de partes que se articulam, sendo necessário, para compreender o todo, apreender o que ocorre em suas partes, estabelecendo-se assim o entendimento do autor sobre estrutura. Nessa percepção, a gênese da prática está dentro do processo sócio-histórico, no qual é necessário a análise não só da atuação profissional, mas de todo o contexto que envolve cada época em que as ações são executadas. As visões de mundo dos profissionais, assim como com que grupos sociais há interação, possibilitam explicitar algumas das especificidades que permeiam o serviço social Brasileiro, em seu sentido dinâmico de estruturação. Para Baptista (1986),

a estrutura significativa do pensamento que informa a prática nem sempre é evidente, mas pode ser desvelada pela investigação. E é só à medida que o significado do todo for se evidenciando, que irão se delinear os traços gerais de sua estrutura parcial, que só será explicada ao ser inserida em uma estrutura maior, que poderá elucidar a sua gênese e a maior parte dos problemas que a constituem. (BAPTISTA, 1986, p. 14),

Essa reflexão possibilita perceber a não uniformidade da prática, dado os diferentes modos de agir que coexistem na profissão. Avalia-se que a prática é uma estrutura complexa, repleta de contradições e resultante de um conjunto de relações que se estabelecem por e através dela. Porém, em cada momento histórico, há notoriamente uma prática considerada dominante, que influencia nas demais existentes. Portanto salienta-se a importância da leitura da realidade na qual se está inserido, uma vez que o ambiente político, econômico e social também está envolto em estruturas complexas.

Não obstante, em sua relação com a sociedade, o serviço social busca o equilíbrio entre a prática e a conjuntura, processo que é denominado por Goldmann como equilibração. O ciclo desse processo se dá pelo movimento constante da natureza e da sociedade, que movimenta sempre a profissão a superar antigas práticas e articular novas, que condizem com as exigências postas ao trabalho dos assistentes sociais, sendo que

⁹ Citado por Baptista, 1986, ao longo de todo texto.

para se compreender e explicar a prática do Serviço Social, há necessidade de se explicitar esse processo de equilíbrio, de desestruturação de sua antiga totalidade e de estruturação de nova, assinalando os equilíbrios que se desfazem e percebendo aqueles em cujo sentido a prática se orienta (BAPTISTA, 1986, p. 15)

A prática se concretiza abrangendo o sentido de uma estrutura de significados, que permanentemente se renovam. Esse processo não é linear e acontece com a ruptura do antigo pensamento estruturado. Há entre a “antiga” e a “nova” um processo de transição, que cria as condições necessárias para a mudança, envolvendo questões ideológicas e culturais, ocorrendo de formas diferentes em cada contexto e país.

Para o estudo da prática, é necessário considerar que as respostas dadas pelos profissionais as questões relacionadas à profissão, são tanto individuais como sociais, pois, estando ele inserido em grupos sociais, possui visões de mundo correlacionadas àquelas que compartilha com seus iguais, uma vez que o sujeito possui um caráter coletivo.

A prática é vista então como uma síntese articulada pelo assistente social, influenciado pelo pensamento histórico de seu coletivo, que possuem significações e intencionalidades. Esse fato conduz a sua forma de se colocar no mundo e no seu afazer relacionado ao trabalho. As diferenças individuais passam a se anular nesse sujeito coletivo, modelando-o rumo à prática que será utilizada e proposta como ação legitimada na profissão.

Portanto, “essa criação e legitimação de objetivos, sentimentos e ideias, aliados à produção de conhecimentos e procedimentos transmissíveis, vai conformando a identidade profissional, as linhas gerais de sua organização e as atividades peculiares à profissão.” (BAPTISTA, 1986, p. 18), sendo possível delimitar o que é se faz ou deixa de fazer, no estabelecimento de princípios e coerência com o que foi estabelecido.

2.3 Teoria e Prática: apontamentos e reflexões

A relação da teoria e da prática é um ponto presente na bibliografia da autora, sendo que em diversos momentos de sua trajetória apresenta suas preocupações e reflexões sobre essa questão, sinalizando que percebeu ao longo do tempo a dificuldade que os agentes, principalmente do serviço social, expressam ao se tratar sobre o tema da prática profissional.

Observa-se que a conceituação sobre a prática é escassa, assim como o debate no âmbito das relações profissionais. Baptista (1995), observa também, a inclinação para a valorização do

campo teórico sobre o assunto, que tem em vista compreender e explicar a profissão, mas tampouco se preocupa em instrumentalizá-la. Dessa forma, através de algumas reflexões, possibilita localizar o que se pretende responder no âmbito das questões que envolvem a prática. São elas: O que caracteriza a intervenção profissional? Qual o tipo ou nível de conhecimento que um assistente social precisa para realizá-la? Quais as categorias através das quais os profissionais pensam e executam suas ações?

Se tratando do panorama de construção da ação profissional, pontua-se que o conhecimento que a fundamenta é complexo. Há uma combinação histórica de diversos modos de conhecimento, mas que, todavia, são hierarquizados. Nas palavras da autora: “um é dominante e impregna todos os demais, modificando suas condições de funcionamento e desenvolvimento” (BAPTISTA, 1995, p. 115), condição que se mostra presente na forma como a elaboração entre a teoria, a projeção e a intervenção ocorrem. Há a necessidade da formulação de respostas para demandas concretas e específicas, em uma sociedade diversificada.

Nesse sentido, a intervenção se volta para o fato de que o profissional, não só tem que analisar o que acontece, como também estabelecer uma crítica e tomar uma posição para executar essa intervenção. Constrói-se assim, um projeto de ação, no qual o modo particular do profissional é posto, demonstrando o desenvolvimento teórico e suas aplicações.

Importante ressaltar, que embora a ação profissional muitas vezes se efetive por aproximação, soluções precárias para resolver problemas urgentes e imediatos, não significa que o saber construído dentro da categoria seja necessariamente utilitarista e imediatista.

Para além disso, numa perspectiva histórica, Baptista (1997) situa algumas dificuldades que o serviço social teve para definir a sua linha teórica. Passando por um período de transição após os primeiros anos da profissão, por volta da década de 40, a categoria identificava o que não queria, mas não conseguia ter clareza do que queria. Nessa perspectiva, vivia-se uma época de desafios e incertezas, e a profissão ia se construindo com muitos altos e baixos, com carência para a definição de seus fundamentos.

Após algum tempo de exercício profissional do serviço social, os profissionais se colocaram a pensar sobre a prática profissional e a relação entre teoria e prática, dado que era necessário criar possibilidades para a construção de avanços na prática. É nessa perspectiva, de acordo com a autora, “que o serviço social pode se situar como arte do conhecimento social contemporâneo e adquirir condições para carrear contributos para sua construção” (BAPTISTA, 1997, p. 157), isto a partir do movimento de reconceitualização (1965).

Sob essa perspectiva, aborda Marx¹⁰ e suas teorias no sentido de localizar a profissão dentro dessa linha de raciocínio, pontuando que não é por que a maioria segue o método marxista que a categoria como um todo concorde com suas teorias. Coloca que o autor tem muito a agregar para a profissão e que ele enfatiza um aspecto fundamental do método na apreensão das relações na sociedade capitalista: os fatos só poderão ser compreendidos se analisados dentro de suas determinações sócio-históricas.

Em outro momento, Baptista (2009) apresenta uma crítica sobre como as reflexões marxistas não respondem às necessidade que a categoria tem de se entender enquanto profissionais da prática social, uma vez que o autor estuda a prática social de algo amplo e genérico, não sendo possível priorizar as especificidades da profissão com base em suas teorias. Baptista (2009) apresenta então estudos de Berger e Luckmann (1978) que debatem sobre o processo de institucionalização que se opera na construção social da realidade, no qual os autores identificam esquemas que tipificam as ações e atores das ações. Além disso, eles analisam como as estruturas de relações da sociedade e a sua institucionalização vai se conformando a partir dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas, em um processo que implica em historicidade, na medida em que são construídas no curso da história e tem sempre uma história de que são produtos. (BAPTISTA, 2009, p. 21).

Nesse contexto, a prática profissional é posta como algo que se faz e refaz, se estrutura e reestrutura de acordo com a historicidade, os processos culturais e a formação societária de cada época e lugar, se localizando dentro das transformações sociais que sucedem ano após ano.

Ao se estender a profissionais, vão se estabelecendo valores e objetivos dentro da categoria, que fundamentam e regulam a prática, com base nos códigos de ética, das leis e dos estudos que a fundamentam. A partir do momento que se enfrenta a falta de conhecimento sobre a realização do trabalho e se articula uma dimensão teórica da profissão, é possível estruturar os próximos passos com base no movimento concreto e da sociedade. De acordo com Baptista (2009),

é no enfrentamento dessas expressões que se situam os principais desafios da profissão, exigindo dela que, sem ignorar os seus limites, amplie as suas possibilidades, articulando a sua **intervenção** com o movimento de outras categorias profissionais e sintonizando suas **ações** com as forças sociais que operam na sociedade (e, por vezes, no interior do estado) para reverter as políticas e as estratégias que conduzem à barbarização da vida social (BAPTISTA, 2009, p. 24).

¹⁰ Citado por Baptista (1997)

Por fim, destaca-se que para além da teoria, compreende-se que é possível criar e articular mecanismos de avanço dentro da própria profissão através da prática sistemática e que se repete, assim como de ações rotineiras, uma vez que

essa reprodução sistemática de ações e rotinas, ao mesmo tempo que pode se constituir em limites para ação profissional, abre possibilidades consideráveis de avanços na medida e que implica importantes ganhos psicológicos, ao tornar desnecessário que cada situação seja definida a cada vez, etapa por etapa, possibilitando que a atividade prossiga com um mínimo de tensões e decisões e, com isso, liberando energia para outras decisões e inovações. (BAPTISTA, 1995, p. 117).

As práticas corriqueiras do cotidiano em serviço social, àquelas que são executadas todos os dias e com uma certa repetitividade, podem tornar o profissional rígido e sem empatia, dado as dificuldades que se apresentam ao longo das atividades, fazendo com que o mesmo se foque em soluções rápidas e imediatas, sem de fato se preocupar com o problema, adotando ações mecânicas, e isso é algo, que segundo a autora não deve, jamais, ocorrer.

Por isto, há de se atentar para que a capacidade de se indignar e da paixão pela atuação não morra, pois isso pode tornar as ações apenas mecanicamente executáveis, sem que se tenha vontade de mudar ou de propor mudanças. O profissional deve sempre apresentar seu olhar crítico em relação à atuação, sem deixar morrer a humanidade presente em sua relação com outros seres humanos.

3 A AÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO PENSAMENTO DE ROSA LÚCIA PRÉDES TRINDADE

A autora Rosa Lúcia Prédes Trindade é uma pesquisadora da área do Serviço Social, cujas principais linhas de estudo se voltam a pesquisas sobre mercado de trabalho e profissões, saúde mental, instrumental técnico-operativo e as tecnologias de informação e comunicação (TIC), e sobre a história do Serviço Social. Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Alagoas - graduação e pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social, sendo referência no debate sobre o instrumental técnico-operativo na profissão e ação profissional dos assistentes sociais.

Destarte, através da análise de três obras da autora, cuja títulos são: "Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais" (2001); "Saber e poder profissional do assistente social no campo sociojurídico e as particularidades do Poder Judiciário" (2011); e "Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais" (2012), pode-se analisar que o assunto sobre o instrumental técnico-operativo utilizado pelos profissionais, tanto como as ações que os permeiam, são tópicos queridos e discutidos pela autora. Observou-se também que o debate sobre os projetos profissionais que perpassam ao longo dos anos pelo Serviço Social, contemplando as diferentes práticas abordadas pela categoria ao longo de seu desenvolvimento, é preocupação da autora. Portanto, cabe, para esse trabalho de conclusão de curso, uma análise mais profunda sobre esses pontos.

3.1 Práticas do Serviço Social e Projeto Profissional

Apresentando o debate sobre os projetos profissionais articulados ao longo das décadas, desde o início da profissão, no âmbito do Serviço Social, Trindade (2001) destaca a sua percepção sobre os diferentes momentos históricos-sociais nos quais as relações sociais estão envolvidas, e nos quais as intervenções profissionais são executadas.

Abordando a temática da execução da atuação profissional, aponta para as formas de operacionalizar as ações profissionais, que por vezes podem ser consideradas as mesmas, porém, dado o contexto transitório e mutável no qual decorrem as políticas sociais e as relações intra e interpessoais da sociedade, não se trata de fato de uma mesma coisa. Tendo em vista que o proletariado avança cada vez mais em um movimento para regulamentar seus direitos,

organizando e mobilizando sua luta, a categoria dos Assistentes sociais necessita de práticas eficientes e que acompanhem as mudanças demandadas pela população, para responder ao trabalho no qual é posta.

As práticas utilizadas pelos pioneiros do serviço social, se encontram cada vez menos eficientes, devendo ser analisadas e rearticuladas, visando a adequação ao momento histórico que circunda a realidade social, exigindo novas práticas e intervenções. A autora denomina esse processo como a mudança para uma intervenção ideológica, pautada na atuação profissional voltada “ao enquadramento das populações pobres e dos trabalhadores, aos ditames econômico-ideológicos da burguesia” (TRINDADE, 2001, p. 9), interferindo diretamente na atuação sobre as expressões da questão social desses trabalhadores.

A demanda por uma intervenção técnica, organizada e planejada aumenta à medida que a luta de classes se acentua e provoca tensões na sociedade, sendo as ações espontâneas e filantrópicas prejudiciais para a profissão e, portanto, necessitam ser aprimoradas.

A vista disso, com a organização interna do Serviço Social, as bases teórico-metodológicas e ético-políticas começam a se estruturar, buscando o avanço do arsenal técnico já desenvolvido anteriormente e os instrumentos são aperfeiçoados para atender ao novo contexto sócio-político posto a partir dos anos 1930.

A sociologia e a psicologia aos poucos ganham espaço nos estudos científicos da profissão, principalmente através da importação da produção norte-americana, marcada pela Sociologia conservadora. Trindade (2001) menciona que nesse período prevalece “o empirismo quantificador, que enfatiza as abordagens individualistas e quantitativas, nas quais o indivíduo é considerado um acesso privilegiado às estruturas sociais, que determina seu comportamento e são resultado da reunião dos mesmos.” (TRINDADE, 2001, p. 10)

Além disso, a influência da psicologia norte-americana favorece a ideia da hipervalorização da personalidade e da relação interpessoal ao se tratar da questão social e das ações profissionais voltadas aos indivíduos, sendo que o projeto profissional da categoria tende a seguir essa linha e psicologizar-se, focando no indivíduo e nas suas necessidades pessoais. Tendência, que segundo a autora ao mencionar Netto (1992), é própria do sistema capitalista monopolista, que coloca o indivíduo como o único responsável para solucionar seus problemas, ignorando-se a realidade social que o cerca. Na lógica da psicologização do serviço social, há a inclinação por parte dos profissionais de impulsionar suas ações no sentido da indução comportamental, na tentativa de definir os papéis sociais dos indivíduos a serem compatíveis com aqueles requeridos pelo sistema capitalista.

Assim, a autora retoma o contexto em que prevaleceu como a abordagem dominante dentro da profissão o Serviço Social de Casos, com a influência de Mary Richmond¹¹, que desenvolve nos Estados Unidos as diretrizes e pressupostos do Serviço social de casos individuais. Outra abordagem da época é a grupal, que também influencia as ações do serviço social, passando a ser utilizado “para a solução de problemas pessoais de relacionamento e socialização.” (TRINDADE, 2001, p. 12) Essa perspectiva visa o fortalecimento do indivíduo, que adquire o autodesenvolvimento através de dinâmicas grupais, visando a sua adequação nas normas e valores sociais vigentes.

A partir da década de 1950, no que tange ao serviço social brasileiro, os assistentes sociais passam a realizar trabalhos sociais de cunho comunitário, o que fica conhecido como prática de desenvolvimento de comunidade. Nessa nova perspectiva de atuação, identifica-se mudanças no que tange a intervenção adotada pelos profissionais, como por exemplo a de “uma prática restrita a atendimentos individuais e grupais centrados na promoção da tríade ‘ordem, moral e higiene’ (TRINDADE, 2001, p. 13)” para uma prática de abordagem mais coletiva, visando a harmonia entre Estado e Sociedade. Para além de buscar apenas a mudança comportamental do indivíduo, objetiva-se também a melhoria do meio e das condições imediatas, assim como pretende desenvolver modalidades mais abrangentes de intervenção do que as utilizadas na perspectiva do Serviço Social de Caso e de Grupo.

Há também a aproximação com outras categorias profissionais, uma vez que o trabalho coletivo ganha espaço nas instituições, principalmente a partir dos anos 1960, necessitando uma abordagem mais ampla e em diferentes segmentos da população, sendo o trabalho executado por uma equipe multidisciplinar. Esse fator se expressa nos instrumentos e técnicas, que agregam modificações e aperfeiçoamento sobre os que já vinham sendo utilizados. São incrementadas técnicas de áreas como a pesquisa social, a dinâmica de Grupo, a Comunicação Social, a Psicologia Social e da educação, gerando a ampliação da abordagem dos assistentes sociais. Aos poucos a abordagem exclusivamente individual perde espaço, abrindo o caminho para a abordagem com grupos, o que impulsiona o desenvolvimento do serviço social no país.

A partir da década de 1970, um outro projeto profissional foi consolidado pela categoria, se modernizando e laicizando-se. Os assistentes sociais passam a assumir atividades voltadas ao “planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de programas sociais” (TRINDADE, 2001, p. 14), apresentando para a profissão novas possibilidades de instrumentais para os quais é requerida o aprimoramento técnico para a execução. Nesse contexto, o assistente

¹¹ Citado por Trindade (2001, p. 11)

social é colocado a atuar sobre o projeto de modernização do capitalismo monopolista brasileiro, articulando uma ideologia organizadora e orientadora social que atue no controle social da população.

Trindade (2001) apresenta as principais formulações a respeito do projeto profissional modernizador em perspectiva na época, que reconhece que a prática Serviço Social tradicional possui diversas limitações a serem superadas. Porém, dado o contexto de governos ditatoriais, a profissão se vê enquadrada dentro do âmbito das práticas desenvolvimentistas, voltadas à industrialização e a luta de classes do proletariado, devendo articular um projeto que vise às novas demandas. Nesse novo projeto, propõe-se superar as limitações da prática das décadas passadas, mas levando em consideração as dificuldades dentro da categoria, o que se consegue é dar um teor mais sofisticado aos métodos já utilizados. Todavia, prevalece a busca por uma cientificidade do Serviço social, fazendo com que os profissionais absorvam novas teorias e correntes de pensamento, possibilitando, na sequência, a renovação da profissão.

Em relação ao Estado, a este cabe a ação centralizadora, e acaba por necessitar de profissionais que sejam capazes de organizar o funcionamento social no nível macro da sociedade. Por isso se dá a preocupação dos assistentes sociais de mudança de uma atuação de nível micro para um nível macro social. Críticas começam a aparecer referentes ao projeto modernizador na profissão, levando a criação de duas vertentes dentro do Serviço social: a vertente de reatualização do conservadorismo e a vertente de ruptura (expressões utilizadas por Netto, 1991).

Esse movimento direciona a profissão para a sua renovação, sendo que somente a segunda passa a constituir o novo projeto profissional. Nos outros projetos vigentes, o usuário era tratado como cliente e o único agente necessário e capaz de transformar os seus problemas, se limitando ao existencial de cada um. O assistente social atuaria apenas no sentido de incentivar mudanças na vida pessoal desse sujeito, enquadrando-o dentro dos moldes do capital, através do diálogo. Além disso, o atendimento centra-se no individualismo, num movimento de ajuda psicossocial. No novo projeto posto, a noção de cliente é substituída por “pessoa”, deixando de tratar o indivíduo como um beneficiário de algum programa, livre e racional, que vive em comunidade e sua realidade social deve ser contemplada para que haja mudanças efetivas.

Posto o cenário de tensão política que se estabelece no Brasil nos anos 1980, com a luta da redemocratização após o período da ditadura militar, favorece a cultura crítica que se instaura também dentro do Serviço Social, alinhado ao pensamento do projeto de ruptura. Pela primeira vez toda a base profissional construída até então é posta no movimento de renovação, no que

tange tanto aos princípios teóricos como práticos. O olhar se volta para a necessidade de trabalhar conjuntamente com os setores subalternos da sociedade, assim como os crescentes movimentos no âmbito dos sindicatos dos trabalhadores e das organizações populares. Traz consigo o questionamento sobre a estrutura econômica-social e não se limita a propor mudanças para a constituição interna da profissão. A prioridade passa a ser a mobilização pela participação popular nos espaços de poder e de reivindicação, conferindo ao instrumental técnico-operativo outra direção, agora na direção coletiva e com clara intenção política.

3.2 A prática e o “saber-poder” do Assistente Social no meio sócio-jurídico

Em outro momento, Trindade (2011), apresenta o panorama geral da inserção do assistente social no meio sócio-jurídico, localizando as práticas que se desenvolvem dentro dessa área de atuação. Ao se referir ao trabalho executado pelos profissionais dentro do âmbito do Judiciário, sinaliza que vem ocorrendo mudanças significativas dentro desse sistema, que ultrapassam o poder de resposta e resolução de demandas dos profissionais de direito, sendo necessário a atuação do profissional da assistência para trabalhar com os conflitos postos pelas expressões da questão social presentes nas questões judiciais.

Nesse sentido, a autora afirma que a presença desse profissional é cada vez mais requisitada “para colaborar através de seu saber poder nas decisões judiciais, especialmente por meio do estudo social e do parecer social.” (TRINDADE, 2011, p. 221). Não obstante, menciona Simões (2007) para se referir ao estudo social, executado pelos assistentes sociais é possível que o profissional, para além de dar uma opinião, emita um parecer técnico sobre a situação indicada pelo poder jurídico, indicando as questões sociais presentes no caso e os subsídios para a tomada de decisão.

Indica que após a constituição federal de 1988, os direitos são incorporados em uma perspectiva de universalidade, tendo a CF 1988 o estabelecimento do tripé da seguridade social: assistência social, saúde e previdência social. Porém, a autora ressalta o panorama brasileiro após a década de 1970, tem forte agravamento das expressões da questão social, como por exemplo o aumento da pobreza, da miséria, da desigualdade e da violência.

Nesse sentido, através da onda neoliberal que assola o país, desde os anos 1990, o Estado vem cada vez mais se eximindo de suas responsabilidades, causando déficits inimagináveis à população. Trindade (2011) coloca que, no âmbito Jurídico, o profissional da assistência social, “na atualidade, é requisitado para atuar nos conflitos de toda a ordem, nos quais utiliza seu

saber-poder e sua competência para desvendar as nuances dos conflitos sociais que têm determinações mais amplas.” (TRINDADE, 2011, p. 226), conduzindo e proporcionando um olhar humano e social para cada situação posta e respostas que garantam seus direitos previstos na constituição.

Partindo para uma análise da atuação profissional do Serviço Social dentro do Poder Jurídico, aborda-se a discussão do saber e do poder das profissões. Ao mencionar Bosi (1996)¹², sinaliza que o saber e a organização dentro da profissão são indispensáveis para uma boa prática profissional, dado que saber é poder na medida em que se conhece a própria história, em que sabe-se os limites e as contrariedades que é possível conduzir com segurança a atuação dentro de qualquer instituição ou trabalho. Esse processo serve como um mecanismo enriquecedor para uma intervenção efetiva. Assim, compreende-se a relação saber-poder à medida que “o saber está integrado à **prática das profissões**, assim como o poder está nas relações das profissões e dos profissionais, por isso poder e saber circulam interligados nas **ações**.” (TRINDADE, 2011, p. 227) Não obstante, os profissionais estão o tempo todo utilizando desse saber-poder em suas práticas, e

Em se tratando do **exercício profissional** do assistente social no campo sociojurídico, sua atuação se coloca com a articulação do **saber-poder** nas relações de poder inerentes aos diferentes espaços que conformam esse campo. Sua **intervenção** carregada de **saber-poder** se dá, por exemplo, ao elaborar um estudo social ou parecer social, quando se tem a possibilidade de influenciar em uma determinada ação judicial. No processo de constituição de sua atuação nas instituições desse campo, o Serviço Social incorporou elementos que deram especificidades próprias ao **seu fazer** por ser portador de conhecimentos e saberes que identificam a profissão. (TRINDADE, 2011, p. 228)

Salienta-se que Trindade (2011) menciona por diversas vezes o conceito de “Saber-poder” como uma atuação profissional para os assistentes sociais, alertando que ambos circulam juntos nas ações. Assim, o saber-poder aparece como competência técnica do profissional da assistência social para responder as demandas que a ele aparecem. É também nesse sentido que a autonomia profissional se mostra forte, mesmo que relativa as relações de poder, dado que ao entender o sentido e o porquê da atuação, em conjunto com o código de ética que rege a categoria, confere-se uma dimensão técnica “com legitimidade ao exercício profissional” (TRINDADE, 2011, p. 227)

¹² Citado por Trindade (2011, p. 226)

3.3 Uma perspectiva para o Instrumental Técnico-Operativo do Serviço Social

As reflexões de Trindade (2001) possibilitam situar o significado sócio-histórico do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, em uma perspectiva analítica histórica e teórica compreendendo-o como uma parte da intervenção dos assistentes sociais perante as relações sociais.

Assim, indica que para a sua análise é necessário demarcar a natureza do trabalho do assistente social, que ocorre nas estruturas institucionais prestadoras de serviços sociais, vinculados às políticas sociais e que na maioria das vezes o profissional atua na esfera das atividades não vinculadas diretamente a produção material e sim aquelas que atuam sobre as relações sociais. Como salienta a autora, “trata-se, portanto, de atividades que oferecem bens e recursos complementares à sobrevivência dos trabalhadores e que atendem às necessidades de normatização e controle dos comportamentos sociais.” (TRINDADE, 2001, p. 2).

Assim, ao adentrar na esfera do trabalho, o profissional, para efetivar suas ações, utiliza de um instrumental técnico-operativo que tem como base a articulação das necessidades sociais com as políticas públicas. Apesar de sua base ser diversa da utilizada na produção material, ambas devem estar articuladas devido à complexidade presente nas relações sociais e trabalhistas.

Nesse sentido, destaca-se o processo do ser humano em transformar os objetos dados pela natureza para satisfazer suas necessidades básicas, pontuando o aprimoramento dos meios de produção, sendo que os instrumentos utilizados para essa transformação também se aprimoram, possibilitando aquilo que se chamou de técnica.

Assim, apresenta-se a técnica vinculada aos instrumentos, podendo ser definida no sentido de “habilidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos” (TRINDADE, 2001, p. 3) utilizando como referência Vargas (1994).

O instrumental técnico-operativo é situado como a articulação entre instrumento e técnica, ambos simbolizando os meios de trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas. Não obstante, o processo da técnica vincula-se ao desenvolvimento da tecnologia, que se dá através de avanços dos instrumentos, que passam a ser utilizados não somente para os objetos materiais, mas também para atividades voltadas à gestão de recursos materiais e humanos envolvidos no processo de produção.

À medida que o sistema se desenvolve, o ser humano e suas relações sociais ganham cada vez mais espaço dentro da sociedade capitalista, impulsionado pelo crescimento da industrialização e as desigualdades sociais que vêm conjuntamente. Nesse sentido, cresce para

a categoria dos assistentes sociais a necessidade de um conhecimento científico específico que estude essas relações e elabore mecanismos que possam regulá-las “nos moldes adequados aos interesses das classes dominantes.” (TRINDADE, 2001, p. 4).

Esse processo, conduzido pelos interesses da hegemonia burguesa, fomenta a negação da constituição do ser ontológico, ignorando a necessidade do ser social de criar, alienando-o para que produza um padrão limitante com fins imediatos.

Assim, a técnica é utilizada para melhorar a engrenagem social, com intuito de que existam cada vez mais trabalhadores qualificados para o padrão social “que não é considerado fruto da história, mas dado como um padrão da natureza” (TRINDADE, 2001, p. 5)

Partindo para o Serviço Social, a autora coloca que ao se tratar de instrumentos e técnicas da profissão, transita-se entre práticas humanas, que são aquelas que incidem sobre a consciência. Os instrumentos que a potencializam são formulados por diversas disciplinas do campo das ciências sociais, que possuem como estudo o comportamento humano e que estimulam a produção de atitudes, posturas e comportamentos que se adequem aos diferentes interesses sociais para qual a ação é requerida. Dessa forma, considera-se que o Serviço Social tem uma prática que se desenvolve no interior da divisão social e técnica do trabalho, tendo a dinâmica social como fator que afeta diretamente a forma e as possibilidades de atuação.

O instrumental técnico-operativo do Serviço social no âmbito do espaço sócio-ocupacional e dos projetos profissionais que existem dentro da categoria, são localizados por Trindade (2001) em duas dimensões para se compreender o serviço social: “as demandas sociais que exigem iniciativas de intervenção profissional, das quais participam os assistentes sociais; e a elaboração de respostas profissionais quando da participação dos assistentes sociais nestas iniciativas de intervenção social.” (TRINDADE, 2001, p. 7)

Sinaliza que as primeiras são históricas e produzidas por necessidades sociais, e que quando o profissional utiliza de instrumentos e técnicas para intervir em dadas situações, potencializa sua ação para atender a demandas sociais determinadas historicamente. Além disso, a dinâmica histórica presente na trajetória da profissão permite observar que os projetos profissionais não são hegemônicos, comportando diferentes objetivos, posturas ético-políticas, com diversas concepções teórico-políticas e ideológicas e conseqüentemente apresenta visões diferenciadas acerca da ação profissional na categoria.

Dessa forma, o debate que se tem acumulado sobre a intervenção profissional perpassa os diferentes projetos profissionais do Serviço Social, atribuindo significações diferentes para cada instrumental técnico-operativo utilizado. Não obstante, esse instrumental é um elemento

fundamental para a objetivação das ações profissionais, sendo parte da direção teórico-política que compõe a prática.

De acordo com a autora “os instrumentos burocráticos e administrativos de organização formal do aparato de serviços institucionais, as técnicas de abordagem individual e de grupo, não são incluídos nessas formulações de ruptura.” (TRINDADE, 2001, p. 18). Nesse viés, destaca os novos instrumentos utilizados que correspondem à lógica do trabalho coletivo, viabilizando a participação popular. Ademais, pontua a importância do uso de instrumentos de investigação, vinculado a preocupação de realizar “diagnósticos da realidade que fundamentam as ações.” (TRINDADE, 2001, p. 19). Observa-se também o redirecionamento do instrumental para conscientizar a população sobre os seus direitos, e não apenas enquadrá-la no ideal social.

A aproximação teórica com o pensamento marxista, assim como a aproximação com outras áreas do saber e o avanço científico dentro da profissão enriquecem o arsenal de técnicas utilizadas no trabalho junto a população, demonstrando um avanço na categoria, tanto no seu referencial teórico como em suas “pesquisa-ação”.

Já nos anos contemporâneos, anos 2000, as configurações e reconfigurações da questão social tem se rebatido diretamente no mercado de trabalho do assistente social e na sua forma de intervir nas mais variadas situações. Surgem novos perfis para as demandas, se ampliam os espaços-sócio ocupacionais. Sinaliza-se também que o que é novo é o contexto no qual se desenrola as configurações das formas organizativas e organização geral da população, e não necessariamente a atuação dos assistentes sociais junto a esses movimentos. À medida que o sistema capitalista avança, exige novas formas de intervenção nas ações profissionais, promovendo novas contradições e novos métodos de trabalho, fazendo a roda do capital girar. Dito isso, é posto que o serviço social sempre utilizou de um instrumental técnico que o auxilia no trabalho do dia-a-dia, dado que, na maioria das vezes, o profissional trabalha com questões voltadas a atitudes e comportamento dos usuários, sendo esse ponto observado nos atendimentos realizados a famílias e ou indivíduos assim como na elaboração de relatórios e afins, uma vez que esse processo de diálogo, que ocorre entre profissional e usuário tem forte influência dentro das lutas e mobilizações populares, as quais o sujeito pode ou não participar.

Nessa perspectiva, a autora também se reporta ao instrumental do Serviço social analisando-o com as ações profissionais desenvolvidas pelos assistentes sociais. Busca apresentar as principais atribuições assumidas pelos profissionais, sinalizando os componentes da dimensão técnico-operativa que engloba as ações profissionais dentro do exercício profissional no âmbito das instituições e serviços referidos a esses trabalhadores.

Nesse contexto, Trindade (2012) indica que o significado de ações que são consideradas profissionais são aquelas “que viabilizam as respostas dos profissionais às requisições colocadas pelas demandas institucionais, como parte da prestação de serviços sociais” (TRINDADE, 2012, p. 70), afirmando que essas ações possibilitam o caráter interventivo na profissão, e contemplam, em partes, os atos de “executar, orientar, agrupar, providenciar, acompanhar, socializar, coordenar, planejar, pesquisar, monitorar, supervisionar, organizar e administrar, estudar e analisar, emitir parecer, assessorar, consultorar” (TRINDADE, 2012, p. 70). Entretanto, essas ações são consideradas profissionais somente à medida que são executadas pelos assistentes sociais com o fim de dialogar com a população e os serviços públicos, assim como quando abrange as questões relacionadas às políticas e aos direitos sociais. Essa execução é permeada pelos pilares da profissão que utilizam como base o seu código de ética, tanto como o conhecimento sobre suas atribuições privativas e complementares.

Para a realização das tarefas e/ou atividades, os profissionais utilizam de uma gama de instrumentais técnicos na viabilização das ações. Esse momento é apresentado como a escolha pelos procedimentos interventivos, que guiam o profissional para a forma com a qual irá atuar. Importante mencionar o exemplo utilizado por Trindade (2012), ao apresentar que o atendimento individual,

[...] não sendo um instrumento, também não constitui uma ação, conforme aquelas compostas pelos verbos indicados anteriormente, tal como orientar os usuários sobre serviços e benefícios sociais. Já os instrumentos técnico-operativos medeiam a concretização das ações profissionais e estão presentes na execução das habilidades chamadas aqui de procedimentos. (TRINDADE, 2012, p. 71)

Indicando na sequência, elementos constituintes da ação profissional, situa esta, dentro de alguns dos principais procedimentos desenvolvidos na profissão, como os de caráter individual, de caráter coletivo, caráter administrativo e de formação profissional, de capacitação e de pesquisa. Essa intenção se dá pelo fato de abordar o instrumental técnico-operativo dentro de uma perspectiva histórica e teórica que permite compreender os movimentos que sucedem da intervenção profissional, porém, sem limitá-los à única condição de repertório interventivo.

Ademais, considera-se que “os instrumentos utilizados pelos assistentes sociais compõem o que chamamos de ações que intervêm na regulação das relações sociais, isto é, que atuam no apoio ao controle dos comportamentos, das normas sociais.” (TRINDADE, 2012, p. 72).

Não obstante, busca problematizar o mercado de trabalho e suas limitações, juntamente com o cenário posto na realidade social, que é composto por uma série de contradições, tendências a focalização das políticas, induzindo o trabalho dos assistentes sociais ao enquadramento institucional das demandas, sem ter como foco os indivíduos alvo das políticas.

Ressalta ainda que o desenvolvimento das ações articuladas pelos profissionais também faz parte das respostas fundamentadas pelo projeto profissional em voga, com suas dimensões teórica, técnica e ética que se constituem e implicam.

3.4 A Ação Profissional em quatro dimensões: Individual; Coletivo; Administrativo-organizacional; e Formação profissional, capacitação e pesquisa.

Agrupando as ações em quatro dimensões, como indicado acima, localiza-se às ações de caráter individual, nas quais há a prevalência do uso da entrevista para com os usuários como principal instrumento utilizado, assim como o desenvolvimento de processos interventivos. É por meio da entrevista que se torna possível realizar a escuta ativa para as necessidades do usuário e viabilizar as possíveis ações a serem executadas perante a demanda, através de orientações e encaminhamentos na rede socioassistencial. Salienta-se a importância das anotações em fichas sociais, nas quais se encontram as principais informações do sujeito. Esse processo é importante para a continuidade e efetividade da ação do assistente social, uma vez que, com as informações aglutinadas e organizadas, se torna viável o desenvolvimento da situação dentro do serviço assim como na rede. O resultado da análise transcrita para as fichas deve ser em forma de parecer social, analisando-se as condições socioeconômicas do usuário e averiguando o nível de urgência de cada caso.

Esse processo é importante devido a realidade dos serviços sociais voltados à população que historicamente recebe poucos recursos para a efetivação das políticas sociais. Ponto que se apresenta de forma contraditória para a categoria de assistentes sociais, uma vez que estes trabalham para a concessão do acesso aos direitos e políticas públicas para os cidadãos, porém, dado a alta demanda e às escassas verbas e recursos liberados pelos governos e instituições, se colocam no papel de realizar um “medidor da pobreza”, transpassando por sua ação o papel de seletividade dos serviços. Isso aparece mais fortemente nas ações que viabilizam os benefícios, sendo comum o profissional “lidar com um dilema que envolve a desconfiança da veracidade acerca das necessidades dos usuários e a compaixão diante das situações de extrema pobreza e

de sofrimento pessoal.” (TRINDADE, 2012, p. 75), tendo que trabalhar com o disponibilizado pela instituição, sabendo que não é suficiente para a realização de seu trabalho.

Segundo Trindade (2012), as ações de caráter individual também são viabilizadas nos Plantões Sociais, que visam atender a demandas espontâneas, demandando dos Assistentes sociais atividades rotineiras e burocráticas. Os profissionais levantam algumas críticas no que tange às atividades executadas no Plantão, dado seu caráter fragmentário e descontínuo das políticas sociais, que atrapalham na rotina e nos processos de intervenção, porém não se pode negar que ele é um instrumento para viabilizar o acesso de direitos da população de maneira objetiva. Observa-se que ainda há a desqualificação desse serviço por parte dos assistentes sociais, o que dificulta a prática desse instrumento, dado que os profissionais apresentam em seu discurso que a atividade não se vincula a continuidade que requer as políticas públicas. O trabalho acaba por não ser qualificado, pela não valorização atribuída a ele, sendo reduzido “à operacionalização das exigências institucionais, sem contribuir para a potencialização e qualificação da prática.” (TRINDADE, 2012, p. 77).

Para além disso, destaca-se como ação de caráter individual a tarefa de repasse de informações aos usuários, tanto como a conversa que sucede com a chegada do usuário em qualquer espaço institucional. O assistente social, dado sua formação, possui um olhar crítico sobre a realidade, se atentando para a complexidade da realidade social que cerca os sujeitos, para além do que apenas é apresentado no diálogo.

Nesse sentido, o profissional se coloca como uma “porta de entrada” para outras demandas, possibilitando que o usuário fale sobre o que lhe aflige, para que, conjuntamente, possam traçar caminhos para a melhora da demanda apresentada. Apesar de não ser uma ação direta do assistente social, por diversas vezes os profissionais lidam com a dimensão psicossocial das demandas que chegam nas instituições. Nesse sentido, a autora salienta a necessidade de um atendimento de natureza mais subjetiva, sempre com olhar atento para realizar as ações com o viés de viabilizar as condições sociais necessárias para a realização do atendimento, assim como a garantia dos direitos sociais.

Por conseguinte, indica-se que há algumas demandas que não podem ser atendidas no âmbito da instituição, devido as necessidades dos usuários que precisam de ações específicas, e algumas vezes, também precisar-se-á da intervenção de outras áreas do saber. Destarte, ressalta-se o cadastro de recursos sociais, pelos quais o profissional pode aglutinar as informações referente ao usuário, não limitando essas informações apenas para sua utilização. Essa atitude cria o fortalecimento da rede à medida que possibilita aos futuros profissionais acompanhar e analisar a evolução do caso, tornando os serviços de caráter contínuo e integrado.

Os encaminhamentos também se constituem enquanto uma ação profissional, que possibilita a articulação entre os serviços, assim como a expansão dos direitos sociais que devem ser acessados pela população. Para longe de ser uma maneira de “livrar-se” do usuário, o encaminhamento deve ser interpretado como um forte instrumento de articulação interinstitucional, contribuindo para o avanço das políticas públicas de modo efetivo e concreto.

Outra ação de caráter individual executada por assistentes sociais é a de acompanhamento social, que permite ao profissional compreender a realidade da família de forma profunda, saindo da superficialidade do atendimento único. Nesse sentido, dependendo da instituição, o profissional atuará sobre o viés da garantia de direitos e de permanência do usuário no serviço, visando as condições adequadas para sua estadia e/ou acompanhamento, da concessão de benefícios, englobando e articulando com as políticas sociais, além de poder acompanhar o usuário encaminhando-o para outras áreas as quais sejam necessárias pela demanda do sujeito.

Trindade (2012) apresenta também o registro de dados, que são importantes para levantamentos estatísticos e para o registro de produtividade dos serviços. Todavia, há de atender para que esse registro possa ser usado em prol dos assistentes sociais para movimentar o seu trabalho no sentido de aperfeiçoar a intervenção, e indicar os caminhos a percorrer. Se esse registro for apenas para uso pessoal de cada profissional, cabe a ressalva de se olhar técnica e eticamente para essa ação.

Ademais, apresenta-se nesse ponto, a documentação que é utilizada pelos assistentes sociais, podendo classificá-la em duas dimensões: documentação técnica e documentação burocrático-administrativa / documentação oficial. A primeira representando os documentos próprios ao exercício profissional, que são de responsabilidade e autoridade do assistente social, resguardada sobre a lógica do sigilo profissional, podendo ser compartilhada com a equipe, se avaliado necessário. A segunda, corresponde a documentação própria para o funcionamento da instituição e/ou serviço, exigindo que as equipes disponham de apoio administrativo para realizá-los.

Ainda, referente a documentação, também há o registro no prontuário da equipe multiprofissional, ou também conhecido como prontuário do usuário, é um importante instrumento utilizado pelas equipes para anotar a evolução de cada demanda e situação que se apresenta para os serviços. De acordo com a autora, o prontuário “não é um mero registro de providências e muito menos é o espaço para a anotação prolongada de cada profissional, que deveria ter o seu registro próprio com o resguardo do sigilo exigido e garantido por cada

profissão” (TRINDADE, 2012, p. 85), sendo um instrumento de comunicação e de avaliações em conjunto com a equipe, avaliando a evolução e articulando futuras ações.

Por último, coloca-se o parecer social como parte de uma ação privativa dos assistentes sociais, pois se trata de uma intervenção sobre uma situação específica, necessitando de qualificação e conhecimento de bibliografias da área do Serviço Social.

Apesar das ações com caráter individual terem uma tendência maior de utilização entre os profissionais, dando ênfase para as ações referentes à documentação e entrevista, a profissão possui ações de caráter coletivo e dentre eles se encontram as práticas grupais. Os grupos visam atender demandas individuais, de forma coletiva, reunindo sujeitos com demandas de mesmo segmento para uma resolução ampla da demanda.

Destaque-se que os grupos assumem características diferentes e necessitam de ações diferentes, dependendo da demanda e do seu grau de dificuldade ou necessidade. Podem ser formados espontaneamente, como por exemplo nas filas ou anteriormente aos atendimentos nas instituições e/ou serviços, também podem ocorrer de forma contínua e regular ou podem ser esporadicamente convocados, fortalecendo o vínculo entre usuários em situações semelhantes. Os assistentes sociais coordenam as reuniões grupais, com o objetivo de promover o debate.

Para além desta, também são consideradas ações de caráter coletivo aquelas voltadas a organizações sociais, que envolvem os movimentos sociais presentes na luta por melhores condições de vida, assim como as entidades organizativas da sociedade civil, nas quais o papel do assistente social é promover ações que gerem a reflexão sobre a realidade social, tanto como informações referentes aos direitos sociais de cada segmento da população. Não obstante, o profissional pode participar das reuniões de bairro, utilizando o instrumento da reunião, realizando palestras informativas com repasse de informações e promoção de debates críticos.

A atuação também poder-se-á dar por meio da mobilização e organização dos conselhos de direitos e de políticas sociais, ampliando suas ações para além daquelas estabelecidas dentro das instituições, colocando o assistente social “diante das problemáticas presentes na dinâmica social, o que exige uma capacidade maior de mobilizar recursos sociais e de promover ações coletivas que atinjam maiores contingentes populacionais” (TRINDADE, 2012, p. 89). Para a execução dessas ações são necessários instrumentos que permitam o planejamento das ações, assim como a utilização de todo arsenal técnico conhecido pelo profissional. Da mesma forma, a documentação é um movimento importante no arsenal de ações de caráter coletivo, ainda que pouco valorizada no meio profissional, dado que os registros podem ser utilizados para avaliações e planejamentos, além de promover um material que fique guardado para articulações futuras para o desenvolvimento do serviço social.

Adentrando nas ações de caráter administrativo-organizacional, a autora pontua que apesar de historicamente o assistente social desempenhar tarefas vinculadas à execução de serviços sociais, estando em contato direto com os sujeitos, os profissionais também participam da organização institucional dos serviços, sendo que “tais atribuições profissionais colocam os assistentes sociais a necessidade de elaborar procedimentos e de lidar com instrumentos que possuem um perfil diferenciado daqueles utilizados nos relacionamentos diretos com os usuários”. (TRINDADE, 2012, p. 92).

Localiza-se então as ações nesse caráter como aquelas de articulação intra e interinstitucional, assim como as ações voltadas à organização e gestão de serviços. Todavia, a realização de uma tarefa administrativa não impede a realização de uma ação direta com a população conjuntamente, assim como vice-versa. Ambas podem ser utilizadas no mesmo contexto ou em situações separadas.

As atividades intra e interinstitucionais são aquelas nas quais o profissional participa da cooperação nas ações que acontecem nos níveis horizontais e verticais dentro da instituição. Os assistentes sociais assumem como atribuição a base de apoio de permanência do usuário para os atendimentos, articulando contato com a família desse usuário, assim como realizando encaminhamentos e diálogos com outros serviços. Quando em equipe, o profissional assume um papel importante, dado a sua visão ampliada em relação à realidade social, podendo mobilizar seus colegas em prol dos objetivos dos trabalhadores, sendo que “a cada um desses profissionais cabe a tarefa de contribuir da forma mais qualificada possível, o que permite uma melhor visão e reconhecimento do que seja papel de cada um na instituição.” (TRINDADE, 2012, p. 93). Não obstante, ampliação das possibilidades de intervenção necessita estar em pauta constante, se afastando cada vez mais da lógica de ser apenas um mero cumpridor de tarefas.

No que tange às ações de organização e gestão de serviços, os assistentes sociais conduzem ações de planejamento, administração, captação de recursos financeiros e elaboração de orçamentos. Participam também da elaboração de planos municipais, entre outras atividades, que exigem do profissional o conhecimento prévio sobre o assunto. Trindade (2012), ao sinalizar que

Nossas pesquisas sobre mercado de trabalho têm mostrado uma baixa frequência de planejamento da ação do serviço social, o que aponta para uma possível insuficiência de momentos de reflexão sobre as possibilidades de ação, sobre a sua organização prévia e sobre a posterior avaliação dos resultados alcançados. (TRINDADE, 2012, p. 95)

Indica uma necessidade maior da organização das ações vinculadas ao planejamento, uma vez que se tem percebido que os profissionais executam as ações sem refletir sobre elas, deixando uma lacuna ao se referir sobre esse assunto. As ações nessa área precisam de delimitação e planejamento, para fugir da lógica do imediatismo não pensado.

No que tange as ações profissionais referentes à formação profissional, a capacitação e a pesquisa no serviço social, a autora pontua que apesar de terem ficado restritas por muito tempo aos assistentes sociais professores, estão crescendo no novo contexto de expansão dos cursos de Serviço Social.

Assim, “hoje existem assistentes sociais em várias funções docentes: professor efetivo e professor substituto nas universidades públicas, professores contratados pelos cursos privados, tutor nos cursos a distância” (TRINDADE, 2012, p. 96).

Os profissionais utilizam instrumentos de caráter pedagógico, além de utilizarem da tecnologia para desempenhar suas ações. Com o crescimento dos cursos de serviço social em diversos Estados, mais profissionais precisam assumir a atribuição privativa de supervisor de estágio, tanto de campo como acadêmico, mobilizando profissionais para esse campo de atuação. Nas instituições, os profissionais assumem ações de capacitação dos usuários, assim como de capacitação de recursos humanos da instituição, utilizando instrumentos acadêmicos-científicos, de pesquisa e didático-pedagógicos para esse feito.

Já as ações de pesquisa possibilitam o conhecimento sistemático sobre a realidade. Essa ação é importante para a oxigenação das relações de trabalho, tanto como para a reflexão crítica das intervenções, uma vez que possibilita a análise do contexto, suas limitações e avanços, permitindo um planejamento com base teórica que influem para o aperfeiçoamento das ações e dos instrumentos utilizados em sua realização.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS AUTORAS: CONCEITUANDO A AÇÃO PROFISSIONAL

4.1 Myrian Veras Baptista

No que tange aos conceitos utilizados por Myrian Veras Baptista para se referir a ação profissional dos assistentes sociais, contemplando apenas a bibliografia selecionada, foram encontrados os seguintes resultados:

<i>Termo/expressão</i>	<i>Quantitativo</i>
<i>Prática</i>	107
<i>Prática profissional</i>	24
<i>Prática Interventiva</i>	2
<i>Prática investigativa</i>	1
<i>Prática concreta</i>	2
<i>Prática Direta</i>	1
<i>Ação</i>	56
<i>Ação Profissional</i>	36
<i>Ação Interventiva</i>	2
<i>Intervenção Profissional</i>	11
<i>Intervenção</i>	39
<i>Exercício Profissional</i>	1
<i>Saber fazer crítico</i>	1
<i>Trabalho Profissional</i>	2
<i>Fazer profissional</i>	1
<i>Saber Profissional</i>	1
<i>Praxis</i>	2

Tabela 1 – Conceitos. Produção própria da pesquisadora.

Assim, observou-se a prevalência de alguns conceitos em detrimento de outros, como é o caso de Prática (107), Ação (56), Intervenção (39), Ação Profissional (36) e Prática Profissional (24). Não por acaso o conceito de prática é tão utilizado, uma vez que a autora tem enquanto preocupação a investigação sobre a prática dos assistentes sociais.

Observa-se que a autora indica a prática como uma série de ações que são recorrentemente executadas pelo profissional, sinalizando-a como o foco de sua investigação dentro da perspectiva da ação profissional. Nesse sentido, divaga sobre a possível construção de uma conceituação da prática através das já propostas reflexões de Lucien Goldmann¹³, o qual tece sua narrativa sob viés marxista, vinculado ao método dialético. Aborda a prática profissional em contexto de totalidade, ou seja, dentro de um contexto histórico-social, delimitado pela cultura, política e costumes de determinada época, e que varia de acordo com as necessidades da sociedade presente.

Sob o viés da perspectiva de Goldmann¹⁴, Baptista estrutura uma linha de pensamento que permite compreender como a prática se estrutura ao longo dos anos, e quais são as problemáticas e ações que a permeiam, sendo que se constituem enquanto algo complexo e que necessita de um olhar especial, voltado para a compreensão da estrutura interna e externa que a envolve. Apesar de não se focar em determinar uma conceituação e definição sobre a Prática, busca a discussão e a inserção da compreensão do conceito para que os profissionais se baseiem em estudos para que possam fundamentar sua prática, no caso, que compreendem como e por que realizam essa prática e em qual contexto, delimitando suas mudanças e a entendendo dentro de um contexto maior do que apenas o indivíduo e suas ações isoladas.

Essa hipótese pode ser vista, como por exemplo, nesse trecho em que Baptista (1986) aponta que

Nas discussões mais recentes, a concepção tradicional da prática profissional dos assistentes sociais, que era basicamente normativa, com propostas estatísticas sobre “como” o Serviço Social deveria ser, ou sobre “o que” o Serviço Social deveria fazer, vem sendo questionada e substituída por uma concepção dinâmica que considera que a ação profissional se constrói historicamente, inserida no processo mais amplo das relações de sociedade.” (BAPTISTA, 1986, p. 12)

Há uma breve delimitação de uma prática ‘normativa’ de um passado da profissão, assim como assinala a mudança dessa prática para uma concepção ‘dinâmica’, com olhar diferenciado para ação profissional que vinha sendo executada.

¹³ Principalmente no texto: O estruturalismo genético de Lucien Goldmann e o estudo da prática no serviço social. (1986)

¹⁴ Idem item 13.

Em outro momento, a autora menciona que nessa nova perspectiva “há que se pensar a **prática** a partir de uma metodologia que seja capaz de apreender essa **ação** em suas articulações e em sua dinâmica, considerando que esse movimento tem como centro o assistente social, tomado como um ser de relações” (BAPTISTA, 1986, p. 12), e, ao que parece, utiliza a prática em um sentido mais amplo, ou seja, aponta para a necessidade de uma metodologia que englobe a sua complexidade. A “essa ação em suas articulações” se apresenta como algo da prática, portanto, uma ação da prática profissional.

Em alguns momentos, pode-se observar a caracterização de palavras, como ação profissional, intervenção e prática profissional, não de forma profunda, mas sutilmente, como ajustes textuais e de redação, assim

a **ação** dos assistentes sociais se fazia preferencialmente junto às populações que tinham restritos ou, mesmo, cerceados os acessos aos bens e serviços básicos, o alcance daqueles objetivos exigia, como estratégia, que o trabalho ao nível de consciência se aliasse a um trabalho ao nível de provimento de recursos. Ou seja, que o provimento de recursos se transformasse em oportunidade para uma **ação** ao nível de consciência, que levasse aquela participação desejada. (BAPTISTA, 1987, p. 33)

Existe a aproximação do conceito ação com a delimitação de agir, fazer algo, executar. Da mesma forma, nesse trecho: “embora houvesse uma dimensão caritativa em sua **ação**, seu trabalho é de outra natureza, que o assistente social é um profissional qualificado que realiza uma **ação** competente, passível de ser avaliada no mercado” (BAPTISTA, 1987, p. 33), o termo aparece como ação competente, que delimita o trabalho do assistente social, e o coloca em algum lugar na esfera do mercado capitalista. Além do que, nessa perspectiva, a partir do momento que se deve executar ações, a profissão se torna relevante por responder a demandas, necessitando criar um projeto de ação, tanto individual, de cada profissional, como coletivo.

Baptista coloca que a ação do profissional, em determinada época “se volta para a libertação e o acionamento do indivíduo e para o desenvolvimento de medidas de apoio e estímulo a sua autodeterminação e ao seu autodesenvolvimento” (BAPTISTA, 1987, p. 34) dando características para esse movimento, delimitando seu fazer e desenvolvimento.

Contudo, intervenção também aparece de modo singular, no sentido de intervir sobre a realidade,

Tendo presente que o futuro da profissão dependia largamente do êxito da **intervenção**, os profissionais empreendem um esforço de sistematização de sua **prática** e dos conhecimentos que manipulavam, procurando dar-lhes coerência formal através do estabelecimento de definições e tipologias. A **intervenção** é instrumentalizada na perspectiva de três dimensões - caso, grupo e comunidade - segundo modelo já estruturado nos Estados Unidos, sendo que a sua maior ênfase se volta para a dimensão do caso individual.” (BAPTISTA, 1987, p. 34),

No trecho apresentado acima, a intervenção é rica em instrumentalização, ela se constitui como algo para além da ação/movimento. Seria, portanto, parte do complexo da atuação dos assistentes sociais em que o intervir se torna relevante para exaltar os sentidos da profissão, ou seja, deixar a sua marca dentro do cenário de mercado de trabalho e suas demandas. Ela deve ter uma dimensão nítida e ser efetiva, solucionando problemas imediatos e a longo prazo, visando o compilado de ações para a prática.

Não obstante, podemos perceber que nessa frase: “A problemática social polarizada nesses dois elementos estabelece o limite para a **intervenção** - ou a **ação** se faz sobre os indivíduos, ou sobre o meio, ou sobre ambos -, vedando a percepção dos antagonismos de classe que determinam as relações mais amplas da sociedade” (BAPTISTA, 1987, p. 34/35), aqui intervenção e ação aparecem como sinônimos, dando a entender que para além de seu uso em específico, também podem-se utilizar nesse sentido.

De todo modo, foi notado que o conceito Prática é utilizado em diversos momentos quando a intenção é mencionar a categoria como um todo: “Desde o princípio da sua **prática**, os assistentes sociais consideram a participação do cliente no processo, não só como um princípio de valor, mas também como uma estratégia de **ação**.” (BAPTISTA, 1987, p. 32). Sendo que ação e intervenção podem ser interpretadas como movimentos da prática.

Assim, podemos afirmar que a posição sobre a utilização do termo prática para Baptista, tem uma forte conotação de intervenção e ação, principalmente, indicando a complexidade teórico-metodológica e política que incidem sobre esta, o que precisa ser compreendido e respondido, e, para esta tarefa a investigação é fundamental. Indica-se, portanto, que para a autora a Prática seria aquela principal, que engloba as ação e intervenções executadas pelos assistente sociais, sendo que ação e intervenção são particularidades da prática, e que cada

prática utilizada pelos profissionais do Serviço Social possui a sua gama de ações e intervenções.

4.2 Rosa Lúcia Prédes Trindade

No que tange aos conceitos utilizados por Rosa Lúcia Prédes Trindade para se referir a ação profissional dos assistentes sociais, contemplando apenas a bibliografia selecionada, foram encontrados os seguintes resultados:

<i>Termo/expressão</i>	<i>Quantitativo</i>
<i>Prática</i>	60
<i>Prática profissional</i>	5
<i>Prática Social</i>	3
<i>Ação</i>	84
<i>Ação Profissional</i>	27
<i>Atuação</i>	13
<i>Intervenção Profissional</i>	5
<i>Intervenção/Interventivo</i>	41
<i>Intervenção Social</i>	7
<i>Exercício Profissional</i>	11
<i>Saber Poder</i>	19
<i>Fazer profissional</i>	1
<i>Saber Profissional</i>	1

Tabela 2 - Conceituação. Produção própria da pesquisadora.

Referente aos dados da pesquisa, as categorias mais utilizadas pela autora são: Ação (84), Prática (60), Intervenção (41) e Ação profissional (27). Num sentido geral, observou-se que Trindade diferencia Intervenção de Prática e Ação, abordaremos isto logo abaixo, porém Ação e Prática, na ampla maioria das vezes, são utilizadas como sinônimos, salvo os momentos em que ela trata especificamente sobre a prática profissional.

Trindade (2001) valoriza e responde as questões da intervenção ao buscar contextualizar qual o tipo de instrumental utilizado pelos assistentes sociais ao longo dos anos para a execução das ações e da prática profissional. Apresenta elementos essenciais para compreender a dinâmica entre os instrumentais utilizados pela categoria no decorrer das décadas, suas transformações e impactos no movimento de desenvolvimento do Serviço Social dentro da divisão sociotécnica do trabalho. Aponta momentos relevantes de mudança tanto ideológica como teórica dentro do serviço social e suas implicações no contexto brasileiro e mundial.

Em diversos momentos sinaliza o que seriam as ações interventivas dos profissionais e como isso delimita qual a prática a ser utilizada. Não obstante, para retomar o debate sobre os conceitos utilizados, pondera-se o sentido impregnado pelo dicionário brasileiro para os seguintes termos utilizados para a autora: “prática”, “ação” e “intervenção”.

O dicionário online de português¹⁵, traz algumas definições para compreender o conceito de prática, entre elas: “O que se opõe ao teórico; real”; “Realização do que se planejou; aplicação”; “Realização costumeira, cotidiana de algo”; “Habilidade adquirida com a experiência.”, e por último, destaca-se a definição de um “Modo particular e comum de se comportar ou de realizar alguma coisa; hábito”. Esse destaque é dado propositalmente à medida que se acredita que a autora, por diversas vezes, se refere à prática nesse sentido. Observa-se que aqui,

Consideramos, então, que o Serviço Social é parte do processo de reprodução social e que se a sua **prática** se desenvolve no interior da divisão social e técnica do trabalho - como uma especialização do trabalho coletivo - sua instrumentalidade sofre as determinações da dinâmica social, da qual emanam as demandas para as instituições nas quais os assistentes sociais atuam.” (TRINDADE, 2001, p. 6)

A autora utiliza a prática como algo que passa a ser recorrente, ou seja, que se pratica, que se torna hábito, que está sendo praticado através de uma teoria pré-existente. Quando se refere a avanços dentro da profissão, a autora não utiliza ações, mas sim, prática:

¹⁵ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>

Naquilo que de mais próximo existia aos propósitos da nova profissão, ou seja, nas tradicionais **práticas** de assistência, busca-se o acervo técnico já desenvolvido. No entanto, esses recursos técnicos passam a ser implementados em **práticas** mais organizadas, seja nas entidades de ação social, seja nas instituições estatais, ou ainda nas empresas privadas.” (TRINDADE, 2001, p. 10).

Assim, sinaliza a prática como um conceito fixo, a medida que o utiliza sempre em um mesmo contexto. Ademais, nesse exemplo, observa-se com clareza, que, ao pontuar “práticas de assistência” coloca em xeque a noção de que para além de uma única prática, existem variadas, que são executadas pela profissão ao longo dos anos, cambiando os instrumentos e sentidos utilizados em cada época histórica.

Não obstante, ao localizar que “No início dos anos 40 esses trabalhos são próprios às **práticas** de Organização de Comunidade, mas a partir dos anos 50 passam a se desenvolver no âmbito das **práticas** de Desenvolvimento de Comunidade. (Trindade, 2001, p. 13)”, delimita nomenclaturas às práticas, indicando que há um linha sucessória de práticas que influem outras práticas, e que estas seguem uma linhagem e um sentido histórico, aplicado em cada realidade social, condizente com as necessidades da população e, principalmente do Estado, de cada época. Assim, localizamos práticas com amplas abordagens: Práticas humanas, Práticas Sociais, Práticas Vinculadas a diferentes projetos profissionais, Práticas profissionais, Práticas de Assistência, Prática dos Pioneiros, Práticas de Serviço Social, Práticas individuais de Assistência, Práticas com Grupo, Prática de organização de comunidade, Práticas de desenvolvimento de comunidade, Práticas desenvolvimentistas, Práticas de cunho coletivo, entre outras que permeiam a trajetória do serviço social enquanto profissão na divisão socio-técnica do trabalho.

Entretanto, por diversas vezes a autora menciona, na mesma frase, os conceitos de prática e ação, não apenas com o sentido de deixar o texto mais fluido e não repetir palavras, como observado em outros autores, mas sim, com significados diversos. Como por exemplo nesse trecho, “As propostas de **prática** do Serviço Social alinhadas à vertente fenomenológica centram a **ação profissional** no atendimento individual que se desenvolve através de um processo de “ajuda psicossocial” (CBCISS, 1986, p.185; Almeida, 1989, p.116)” (TRINDADE, 2001, p. 16), a autora Trindade utiliza prática para se referir a uma corrente teórica de

pensamento que influem em ações profissionais, ou seja, a prática utilizada em determinado contexto, com determinadas bases, define quais ações serão utilizadas, assim como os instrumentos disponíveis para a realização dessas ações.

Por conseguinte, quando olhamos para a definição de “ação”, o mesmo dicionário apresenta-a como: “Manifestação de uma força que age sobre outra coisa ou pessoa”; “Modo como alguém se porta, age”; “Acontecimento ou o que acontece”; “Efeito que algo ou alguém exerce sobre outra coisa ou pessoa; influencia”, e por último apresenta a ação como o “Resultado do fato de agir, daquilo que se faz”. Essa última definição de ação pode ser encarada como a mais próxima do sentido atribuído por Trindade a sua escrita.

A autora utiliza o conceito ação toda vez que se refere a uma atitude que parte do profissional, ainda que não defina especificamente o que abrange o conceito de ação, mas apresenta os instrumentos que são necessários para a sua efetivação. Entretanto, se preocupa em apontar, mesmo que de forma breve, as ações que constituem algumas práticas utilizadas pelo serviço social, como por exemplo, as ações relacionadas às práticas adotadas antes mesmo da fundação da primeira escola de Serviço Social, pelos membros do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo, ao afirmar que

nessas **ações**, os agentes já utilizam alguns procedimentos oriundos de **práticas sociais** anteriores, tais como: reuniões, contatos individuais, inquéritos sociais e visitas domiciliares, os quais, embora ainda não estejam revestidos da sofisticação de técnicas, já cumprem o papel de ajudar na operacionalização das **ações**.” (TRINDADE, 2001, p. 9)

Assim, destaca-se que há um apontamento sobre a definição de algumas ações em específico, mas, o que se observa ao longo da escrita de Trindade, é a preocupação em analisar a evolução histórica da profissão, conjuntamente com a evolução técnica e operacional de seus instrumentais.

Em outro momento, Trindade (2012) aponta que considera as ações, que constituem o conceito de ação profissional, aquelas cujas atribuições viabilizam as respostas dos profissionais às demandas institucionais, sendo parte da prestação de serviços sociais, faz isto ao indicar como ações: “executar, orientar, agrupar, providenciar, acompanhar, socializar, coordenar, planejar, pesquisar, monitorar, supervisionar, organizar e administrar, estudar e analisar, emitir parecer, assessorar, consultor” (TRINDADE, 2012, p. 70), sendo que essas só

serão consideradas profissionais a medida que sejam referentes a atuação dos assistentes sociais e suas redes de articulação, apoio, contato e trabalho.

As ações estão permeadas de concepções teóricas e perspectiva ético-política, e necessitam de instrumentos e procedimentos interventivos para serem executadas, sendo esse outro ponto muito presente no corpo do texto.

Não obstante, a autora também demonstra exemplos daquilo que não é considerado ação profissional, sinalizando os limites acerca das atividades que se concentram no termo e daquelas que não fazem parte.

Apresenta o atendimento individual e a orientação dada para usuários como não ações profissionais, pois “não sendo um instrumento, também não constitui uma ação” (TRINDADE, 2012, p. 70), indicando, logo após, que ações profissionais são concretizadas por instrumentos técnicos operativos que medeiam e concretizam-nas. Cabe ressaltar que apesar da autora não aprofundar no debate sobre o porquê de não considerar essas duas atividades utilizadas no exemplo enquanto ações da categoria, compreende-se que o apontamento se dá devido a necessidade de salientar que os instrumentos, no sentido dado por ela, significam um meio, uma ferramenta, que vai dar certa objetividade às intenções profissionais, articulada às necessidades dos sujeitos, analisando-se na perspectiva de que o instrumento qualifica uma ação. Ele não se constitui enquanto um mero procedimento que se desenvolve ao acaso, no improvisado, mas sim de algo que vai aperfeiçoando ao longo da atuação, que se tem conhecimento e uma fundamentação teórica sobre, estabelecendo-se uma direção. Assim, compreende-se que o sentido impregnado se dá pelo fato de considerar os exemplos acima como algo que não se encaixam nas linhas dessa perspectiva.

Além disso, Trindade também menciona que “os instrumentos utilizados pelos assistentes sociais compõem o que chamamos de ações que intervêm na regulação das relações sociais, isto é, que atuam no apoio ao controle dos comportamentos, das normas sociais” (TRINDADE, 2012, p. 71) situando a sua compreensão sobre o assunto.

Assim, estabelece uma categorização para elencar os processos e desenvolvimentos de ações profissionais, procedimentos, instrumentos e técnicas, localizando-os em quatro grupos: as de caráter individual; de caráter coletivo; de caráter administrativo-organizacional; e de formação profissional, de capacitação e de pesquisa.

Indica as ações de caráter individual contempla a entrevista, elaboração de fichas, identificação/classificação de necessidades, triagem/seleção para o repasse de recursos

materiais, viabilização de serviços e benefícios sociais, assim como as ações executadas nos Plantões sociais, repasse de informações ao usuário, como normas de funcionamento da instituição e as condições que envolvem os atendimentos, encaminhamentos intra e interinstitucional, acompanhamento social dos usuários, registro de dados, e documentação. Nessa última, Trindade aponta dois momentos de ações utilizadas pelos assistentes sociais quando se trata de documentação: a documentação técnica e a documentação burocrática-administrativa / documentação oficial. Por último, indica o parecer social como parte de uma ação privativa dos assistentes sociais.

Aponta as ações de caráter coletivo como àquelas que correspondem as práticas grupais realizadas por assistentes sociais, tanto como a participação nos movimentos sociais, as reuniões de conselho de moradores ou do bairro, nas quais o profissional utiliza do arsenal de instrumentos disponíveis para atuação profissional, no sentido de movimentar ações e propor mudanças sociais.

Salienta também as ações referentes ao caráter administrativo-organizacional, que são aquelas ações voltadas a gestão e organização dos serviços, a parte burocrática do trabalho do assistente social, que promove a comunicação intra e interinstitucional.

Localiza ainda as ações voltadas a formação, capacitação profissional e pesquisa, que são as ações voltadas a promover a formação de futuros profissionais tanto como pesquisar sobre a área do serviço social, permitindo o avanço e o desenvolvimento das práticas profissionais.

Por fim, o conceito de intervenção aparece no mesmo dicionário online de português, definido como: “Ato de intervir, de exercer influência em determinada situação na tentativa de alterar o seu resultado; interferência.”; “Ação de expressar, de modo escrito ou artístico, um ponto de vista, acrescentando argumentos ou ideias.”, sendo que, os dois significados expostos podem ser utilizados como o significado empregado pela autora para o conceito de intervenção no âmbito profissional.

Por conseguinte, Intervenção pode ser interpretada como, literalmente, algo que intervém. Ou seja, é um ato que interrompe ou modifica uma ação. Essa afirmação pode ser observada em alguns trechos mencionados por Trindade (2011):

“É importante mencionar que, especificamente, a requisição dos profissionais de Serviço Social para **intervir** nas demandas que desembocaram no judiciário não se deu por acaso.” (TRINDADE, 2011, p. 222)

“Em se tratando do **exercício profissional** do assistente social no campo sociojurídico, sua atuação se coloca com a articulação do **saber-poder** nas relações

de poder inerentes aos diferentes espaços que conformam esse campo. Sua **intervenção** carregada de **saber-poder** se dá, por exemplo, ao elaborar um estudo social ou parecer social, quando se tem a possibilidade de influenciar em uma determinada ação judicial.’ (TRINDADE, 2011, p. 228)

“O assistente social tem a capacidade de **intervir em ações concretas do cotidiano** que atravessam as relações familiares e sociais.” (TRINDADE, 2011, p. 228)

“Suas **práticas** têm implicações éticas por interferir na vida privada e no destino das pessoas envolvidas numa determinada ação judicial, no caso das **intervenções** no campo sociojurídico.” (TRINDADE, 2011, p. 229)

Sendo assim, nos exemplos acima, sempre quando a autora se refere a intervenção está se referindo a algo que interfere na realidade social na qual será posta. Seja essa mudança através de um estudo ou parecer social, através de uma opinião profissional, enfim, tudo aquilo que muda o fluxo das relações estabelecidas.

Em outro momento, Trindade (2001) localiza o Serviço Social como um participante das variadas formas de intervenção social que existem, que se voltam para a regulamentação das relações sociais, assim como, para o tratamento do instrumental técnico-operativo do Serviço Social. No âmbito desse instrumental, a autora sinaliza a necessidade de

compreender o instrumental técnico-operativo do Serviço Social nas suas articulações com as configurações do espaço sócio-ocupacional e com os projetos profissionais construídos ao longo da história da profissão remete-nos a duas dimensões fundamentais para a análise do Serviço Social: as demandas sociais que exigem iniciativas de **intervenção social**, das quais participam os assistentes sociais; e a elaboração de respostas profissionais quando da participação dos assistentes sociais nestas iniciativas de **intervenção social**. (TRINDADE, 2001, p. 7)

Assim, aponta para a intervenção enquanto uma ação que modifica, que intervém nas demandas das quais é requisitada, que para além de realizar uma ação, muda o curso dos fatos. Seria então, a intervenção, um “para além” da ação? Ainda que Intervenção seja um conceito bastante utilizado em sua biografia, poucas definições se apresentam a ele, além de mencioná-lo nos mais variados momentos e contextos.

5 Grupo Focal com Assistentes Sociais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, visa analisar as principais referências e concepções utilizadas pelas assistentes sociais do CREAS sobre a ação profissional da categoria. Para isso, utiliza a técnica de grupo focal para subsídio de análise deste trabalho. A escolha das participantes do grupo se deu devido à proximidade da autora que realizou estágio supervisionado no local, possibilitando uma convivência de aprendizagens, troca honesta e de construção coletiva.

5.1 Metodologia da pesquisa

Para a realização da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, uma vez que essa “Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2011, p. 21). E sendo assim, ao se desenvolver uma pesquisa que visa analisar a significação que as profissionais dão a certo assunto e quais suas implicações na atuação profissional, procura-se localizar o sujeito dentro da realidade social que ocupa, sendo que “o objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos.” (MINAYO, 2011, p. 21).

Referente a técnica do grupo focal, Trad (2009) apresenta que

Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços. (TRAD, 2009, p. 780)

Nessa perspectiva, o grupo focal permite que haja um diálogo entre aqueles que participam, possibilitando a discussão e as mais variadas reflexões acerca de determinado assunto, movimentando cada sujeito do grupo como um todo a se posicionar e a mostrar suas perspectivas em relação ao tema. Assim, objetivou-se analisar quais as concepções que as

participantes possuem sobre a ação profissional e como esse debate interfere em sua atuação profissional.

Em relação à posição assumida pela pesquisadora, a técnica utilizada permitiu a apropriação e postura da Observação Participante como referência para a condução do grupo focal. Esse movimento se deu, pois, essa técnica permite que o observador

[...] ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (MINAYO, 2011, p. 60)

Para a formação do grupo primeiramente foi realizada um levantamento de campo para ver o grau de interesse das profissionais do CREAS, período matutino, em participar da pesquisa, sendo que o convite foi bem recebido e aceito por todas. Na sequência, teve-se o cuidado de fazer o convite a cada assistente social de modo individual e exclusivo, através do aplicativo de celular WhatsApp. Ao todo, foram convidadas 11 assistentes sociais para o grupo, porém apenas 8 conseguiram comparecer. A data foi escolhida coletivamente, tendo-se o cuidado de não atrapalhar a agenda de trabalho das profissionais.

Sobre a nomenclatura utilizada para a transcrição do grupo focal, optou-se por não identificar cada assistente social, a fim de proteger a sua autonomia e identidade. A tática adotada foi a de nomear cada participação, ao invés de cada profissional. Dessa forma se torna possível construir uma ideia fluida de como foi o diálogo estabelecido no grupo, sem que alguém possa ser prejudicado. Nesse sentido, as participações são numeradas, como no exemplo: “Participação 1”, “Participação 2”, etc. Para cada mudança de tema, inicia-se uma nova contagem de participação.

A reunião ocorreu no espaço físico do CREAS, numa sala destinada para reuniões e estudos de caso. Teve duração de 1 hora e 30 minutos. No começo do encontro, foi apresentado o tema: Ação profissional, assim como explicado sobre qual o objetivo do grupo focal e os objetivos gerais da pesquisa. Solicitou-se as participantes que seguissem a linha de raciocínio referente ao tema e que se sentissem à vontade para falar sobre todas as suas observações sobre o assunto, uma vez que o anonimato seria mantido.

Foram utilizados os seguintes materiais de apoio: Gravador de voz¹⁶ para que fosse possível transcrever as falas posteriormente, assim como um caderno para anotações e uma folha base para guiar o grupo com perguntas relacionadas ao tema.

A dinâmica da reunião com o grupo focal se deu da seguinte forma: Primeiramente apresentou-se a pesquisa fruto desse trabalho de conclusão de curso, situando os objetivos e o objeto de estudo. Na sequência foi solicitado o preenchimento da autorização da gravação e do uso de Áudio/Imagem. Pontua-se que nesse momento foi explicado sobre a seriedade do trabalho e sobre a proteção da identidade das participantes, garantindo o sigilo profissional. Após foi explicado às participantes que ao longo do debate seriam introduzidas algumas perguntas, visando alcançar os objetivos da pesquisa. Pontuou-se que a ideia era de que o grupo não tivesse mais que duas horas. Por último, questionou-se se havia alguma dúvida ou colocação.

As perguntas apresentadas ao grupo foram:

- O que é a ação?
- O que define ação profissional?
- Você conhece algum conceito sobre ação profissional? Se sim, de quem?
- De onde vem suas referências quando se trata do assunto sobre a ação profissional?
- Como você compreende a relação teoria e prática no âmbito da ação profissional?
- Como a ação profissional é interpretada pelas profissionais deste grupo?
- Teria algum ponto que facilite esta explicação (que precise estar presente)?
- Teriam pontos que limitem ou dificultem a compreensão deste conceito?
- Gostaria de indicar ou ver problematizado algum aspecto sobre ação profissional que não foi abordado ou discutido aqui?

Devido a postura de Observação Participante adotado pela pesquisadora, à medida que iam sendo introduzidas as perguntas e que o debate acontecia, foi feita a avaliação, durante as falas, das perguntas que deveriam ou não ser colocadas na roda. Algumas intervenções espontâneas também tiveram que ser feitas devido aos caminhos tomados pelo debate, permitindo com isto que o grupo desenvolvesse sua própria dinâmica e sentindo-se mais à vontade para participar.

¹⁶ A gravação foi autorizada mediante termo de consentimento, vide Apêndice 2.

No mais, foram considerados os pontos de vistas das participantes referentes a ação profissional e a sua conceituação. Foram abordados os tópicos sobre as concepções do que define a ação profissional, a relação teoria e prática, o tipo de ensino: se a distância ou presencial, e o tipo de vínculo que se estabelece dentro das instituições e como esses pontos influenciam na execução da ação profissional.

Destaca-se a opção por deixar a transcrição das falas do grupo focal como apêndice, para que os leitores tenham acesso a todo o material e, possam, também compreender as citações em seu contexto. Destarte, pontua-se abaixo algumas falas já com a análise da pesquisadora sobre o assunto. Para localizar as falas no texto, é colocado o número da participação e o tópico no qual a fala aparece como por exemplo: “Participação 5” (tópico 1.2). A transcrição na íntegra encontra-se disponível no apêndice 1.

Aqui, cabe uma nota sobre as impressões em realizar o grupo focal. Salienta-se a importância desse espaço e da oportunidade de aprendizagem e crescimento pessoal e profissional que se estabeleceu em conjunto com as profissionais participantes. Diversos questionamentos permearam as ideias da pesquisadora ao escutar atentamente as participantes. Questionamentos muito relevantes para que esse trabalho pudesse ser concluído. A opção do orientador não estar presente foi muito assertiva, uma vez que as profissionais se sentiram confortáveis para realizar as suas manifestações e opiniões sem a observação de uma pessoa estranha a elas. Todavia, conduzir o grupo focal sozinha foi um desafio. Em diversos momentos houve o questionamento se as perguntas estavam corretas e seguindo a linha que deveriam seguir. No final, fica o sentimento de gratidão por todo o processo percorrido até aqui, por todos os espaços de escuta e conversas.

Considerando a metodologia de pesquisa adotada (grupo focal), a dinâmica e condução relatada e, as impressões que tivemos da experiência, no próximo item, faremos nossa exposição e análise do conteúdo. Tarefa difícil, de descobertas, inquietações e sistematização, o que nos levou a dialogar (o tempo todo) com o material coletado. Por isto, este diálogo com as falas e posicionamentos, implicam diretamente nosso debate, também, com as autoras pesquisadas (Baptista e Trindade). Assim, procuramos no próximo item, buscando coerência em nossa opção teórico crítica, construir as reflexões de forma dinâmica entre o material de pesquisa e sua exposição, sistematização e análise.

5.2 Grupo focal: exposição e análise do conteúdo

A teoria e a prática estão sempre vinculadas, “cruzando o caminho uma da outra”, aparecendo de forma coexistente, e essa visão é amplamente exposta pelas participantes do grupo focal. Em diversos momentos expõe-se a necessidade de recorrer a recursos teóricos para a viabilização da prática, assim como utiliza-se a prática para construir a crítica para a teoria. Não obstante a isso, Baptista e Trindade pontuam, na grande maioria da bibliografia analisada, a necessidade de se ter um equilíbrio entre teoria e prática: não privilegiar uma mais do que a outra. Baptista, com a questão da investigação, se dedica a elucidar diversas questões sobre a prática profissional que muitas vezes não são contempladas pelos autores tomados como referência. Trindade, por sua vez, busca o aprofundamento sobre as questões da ação profissional e como essa se constitui, dando um solo de base fértil para as profissionais e pesquisadores do serviço social.

De modo geral, o que se pode concluir é que Baptista tem o foco em analisar a prática profissional dos assistentes sociais, sob o viés da investigação. Por mais que a autora não se preocupe em conceituar o termo prática, ela delimita uma série de movimentos e momentos no qual o conceito aparece e se estrutura. Apesar de mencionar algumas vezes o termo “ação” e “intervenção”, esses ficam meio vagos quanto a seus significados, o que dificulta a compreensão se a autora os utiliza como sinônimos ou expressões diferentes.

Já Trindade tem o seu foco na ação profissional dos assistentes sociais. A autora, em dois dos três textos, apresenta a contextualidade da ação, como essa se desenvolve e em quais momentos, assim como delimita movimentos que constituem ou não uma ação profissional. Nessa perspectiva, introduz os instrumentais como parte presente da ação, salientando a importância desses para a categoria profissional como um todo.

O que se observou é que ambas as autoras não diferenciam a palavra “ação” de “ação profissional”, dando a entender que as duas possuem o mesmo significado. Em consonância com Baptista e Trindade, as participantes do grupo focal tampouco diferenciam essas duas palavras. Ao serem questionadas sobre o que seria uma ação, as participantes logo começam a falar sobre a ação profissional, vinculada a seu exercício profissional. Esse fato pode ser visto através de algumas respostas dada a pergunta: **“O que é ação?”**

***Participação 3** “É, a ação me remete a movimento, assim, tanto uma ação profissional, quanto uma ação em qualquer outra, (a ação) é algo que tu se movimenta e com algum motivo, tu tem um motivo que faz tu agir, que faz tu se reinventar.” (Primeiro Tema, 1.1)*

***Participação 4** “E pra ter essa ação, precisa ter um conhecimento, pra tu poder ter uma ação planejada, com um objetivo para aquela ação.” (Primeiro Tema, 1.1)*

Participação 5 “E toda ação do assistente social, ela vem com uma intencionalidade, porque toda nossa ação, ela tem um por que, um pra que e um para quem, e tudo isso remete a viabilizar os direitos, e tudo que a gente faz é pautado dentro do nosso projeto ético político, que tem que tá sempre (presente), toda intencionalidade ação e intervenção, de acordo com nosso projeto ético político.” (Primeiro Tema, 1.1)

Participação 7 “Eu já ligo o processo do nosso trabalho a um sentido literal né, que envolve a fala de todas as colegas, uma ação para mim tem processo de trabalho, que é um movimento contínuo, seja no processo de aprendizado, seja no desenvolver do nosso trabalho.” (Primeiro Tema, 1.1)

Ao longo da pesquisa realizada, ficou claro a dificuldade que se tem para conceituar a ação profissional. Afinal, o que a constitui? Na visão das participantes do grupo focal, a ação profissional é ampla, envolve múltiplas expressões e precisa contemplar as diferentes áreas de atuação dos assistentes sociais. Para elas, a ação constitui-se enquanto uma intervenção, um movimento, uma ação com intencionalidade voltada para realizar uma demanda vinculada ao usuário ou a instituição de trabalho.

Trindade salienta que uma ação só é considerada profissional quando vinculada a execução de alguma demanda do exercício profissional, sendo que essa precisa ser articulada e planejada, utilizando-se dos instrumentais de trabalho. Para as participantes do grupo essa perspectiva também aparece: “Uma ação para mim tem processo de trabalho”, e por mais que não se tenha a diferenciação explícita entre ação e ação profissional, fica claro essa vinculação: a ação profissional é aquela que é planejada, executada para viabilizar os direitos dos usuários.

Além disso, ao fazer uma síntese de como o grupo interpreta a ação profissional, uma participante coloca:

Participação 1 “Então, eu acho que dá pra dizer que a ação profissional é balizada pelo teu conhecimento teórico, pelas normativas que estão balizando, as políticas que a gente tá inserido, pelo projeto ético-político que vai balizar nosso horizonte profissional, e pela correlação de forças dos espaços ocupacionais.” (Sexto Tema, 1.6)

Assim como também foi acrescentado a questão salarial, que influencia diretamente na ação profissional, devido às formas que os profissionais conseguem lidar com suas próprias questões e necessidades. Com um salário baixo, a tendência é ir procurar outro emprego, interrompendo os vínculos criados com os usuários da antiga instituição e gerando um movimento cíclico de novos funcionários que nunca se encerra. Essa questão, segundo a participante

Participação 3 *“Fragiliza o coletivo, porque tem muita rotatividade de profissionais, ele fragiliza de certa forma o usuário também, porque o usuário em um momento tava sendo acompanhado por um técnico, daqui a pouco é acompanhado por outro, e aí muitas vezes tem que retornar lá do início o acompanhamento para tu conseguir desenvolver um trabalho, aí quando tu tá quase chegando lá, sai um profissional e volta tudo de novo, e acaba refletindo no próprio usuário.” (Sexto tema, 1.6)*

Foi colocada a dificuldade que as profissionais têm de lidar com suas próprias questões psicológicas, à medida que se recebe um salário baixo, dificultando as possibilidades de ter o acompanhamento profissional da área da saúde, sendo que o trabalho do assistente social é denso e pesado por lidar com questões de violência e violação de direitos, acarretando em danos psíquicos para as profissionais que lidam diariamente com as mais variadas situações envoltas pelas expressões da questão social. Sendo assim, as questões trabalhistas interferem diretamente na ação profissional à medida que se estabelecem diferentes formas de vínculo entre instituição e trabalhador, criando dinâmicas internas que excluem e abafam certos movimentos e lutas dos trabalhadores. A questão do vínculo de contrato que se estabelece (se efetivo¹⁷ ou temporário¹⁸) é um ponto primordial para entender os movimentos adotados pelas profissionais na execução de suas ações. Se referindo ao contrato temporário, uma participante pontua que

Participação 15 *“E até quando a gente pensa nesse contrato, ele fragiliza também quem é efetivo, porque faz com que a remuneração do efetivo, assim como do contratado fique baixa. E aí o efetivo não tendo uma qualidade de retorno financeiro, não consegue também se qualificar. Não tem condições de trabalhar, e conseguir estudar e fazer ainda um auto cuidado, vamos supor, em pagar uma terapia.” (Terceiro Tema, 1.3)*

Nesse sentido, as questões pessoais e profissionais se misturam, sem que se possa separá-las. A questão sobre a estrutura que envolve os espaços de trabalho, é muito presente ao longo de todo o diálogo, sendo que mais especificamente, foram abordadas as correlações de força que se estabelecem nos serviços e instituições. Essa correlação de forças passa a ser um ponto central para a execução da ação profissional de cada assistente social, uma vez que ela

¹⁷ Por contrato efetivo, compreende-se àquele no qual o trabalhador está efetivado na empresa e/ou instituição, “não está vinculado ao cargo apenas por um período estipulado e sua contratação é realizada seguindo os parâmetros estipulados pela CLT. Ou seja, o trabalhador deve ter sua carteira de trabalho assinada e por isso, tem os direitos do 13º salário, FGTS, INSS e férias, assim como está apto para cumprir horas extras, de acordo com os critérios trabalhistas e receber as verbas rescisórias em caso de desligamento.” (Coalize, 2021). No caso de servidor público, estará sob o regime jurídico único, o que é importante, pois, enquanto funcionário concursado possui estabilidade e continuidade dos trabalhos pertinentes ao serviço público.

¹⁸ Por contrato temporário, compreende-se àquele no qual “Segundo a legislação, o trabalho temporário é prestado por pessoa física, contratada por uma empresa de trabalho temporário, que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços ou cliente, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços.” (TST, 2020)

delimita as possibilidades de atuação e de enfrentamento nos espaços. De acordo com Baptista (1986)

A **prática** se apresenta, portanto, como um processo dinâmico de estruturação, cuja especificidade é estabelecida, tanto pelo tipo de articulação de seus elementos componentes, como pelas relações que ela mantém com as estruturas que a englobam. (BAPTISTA, 1986, p. 14)

Legitimamente, a ação profissional é permeada pelas questões externas a ela, é induzida e coordenada por uma série de momentos e hierarquias que limitam ou a possibilitam. Como pontuado no debate do grupo focal, há uma diferença grande nas possibilidades de atuação de um profissional que tem contrato efetivo, para aqueles que estão sob vigência de um contrato temporário. Esse fator aparece no âmbito da ação profissional pois, de acordo com o grupo focal, o contrato temporário coloca o profissional numa condição de subalternidade,

Participação 3 “De subalternidade real, porque tu não consegue questionar mesmo, e tu precisa daquilo. São baixos salários, tudo isso vai impactando diretamente na ação profissional: até onde você consegue ir com tua ação profissional?” [...] e continua: “E vai ter coisas que tu sabe que faz parte da tua ação, que é você se posicionar e fazer o enfrentamento e tudo mais, mas em determinados espaços, tu não dá conta. [...] Então vai depender muito para você executar uma ação profissional de qualidade, que compreenda todas essas dimensões que a gente tá colocando aqui, vai depender também do espaço que você esta, da correlação de forças daquele espaço.” (Terceiro tema, 1.3)

Participação 7 “É, essa questão da ação, a gente tem o mesmo objetivo, o mesmo horizonte profissional que vai ser balizado pelas referências e pelas normativas da categoria, mas a gente tem condições diferentes. É isso que estou querendo colocar, que essas condições diferentes do trabalho em cada espaço, elas também vão impactar diretamente na nossa ação e até onde a gente consegue de fato efetivar uma ação profissional de qualidade.” (Terceiro tema, 1.3)

Participação 10 “A gente não tem as mesmas condições para ter uma ação profissional de qualidade do que um funcionário efetivo, porque a gente não tem os mesmos direitos. Então, a forma de se posicionar é diferente, a forma de fazer o enfrentamento é diferente, a fragilidade do contrato, o contrato pode ser desligado, não necessariamente a qualquer momento, por que precisa de uma justificativa plausível. Mas há muito uma chantagem na renovação do contrato, quanto mais posicionado você for, mais certeza você tem de que o seu contrato não vai ser renovado, e isso às vezes você começa escutar no dia que você entra. O recado é: “se comporte porque senão seu contrato não vai ser renovado”.” (Terceiro tema, 1.3)

Participação 11 “Pode a qualquer momento vir um efetivo e você ser remanejado” (Terceiro tema, 1.3)

Participação 12 “E a condição de você estar tentando viabilizar, garantir, mediar direitos sem ter os teus próprios direitos enquanto profissional respaldados.” (Terceiro tema, 1.3)

Participação 13 “É contraditório isso, porque você trabalha com a garantia de direitos, mas ninguém garante o direito do trabalhador.” (Terceiro tema, 1.3)

Participação 14 “Porque isso vai tá também no teu pensamento. Vai influenciar na sua capacidade crítica. “Nem pra mim eu to conseguindo fazer”. Pode vir a ter uma naturalização daquilo, das possibilidades ou da falta de possibilidades que tu tem.” (Terceiro tema, 1.3)

Pergunta-se então, quais são as possibilidades da ação quando não se há segurança no trabalho? Da garantia dos direitos profissionais e humanos? O sistema capitalista está o tempo todo a induzir os trabalhadores a seguir uma linha a-crítica. Pontua-se isso, no sentido de que quanto menos criticidade houver, quanto mais se trabalhar no sentido de manter a alienação dos trabalhadores para a produção em massa de uma sociedade que não tem a capacidade de reflexão sobre a sua própria existência, melhor e mais recomendado. O Contrato temporário permite a demissão ou o afastamento do funcionário. Não permite a sua espontaneidade e crítica, pois afinal, não se critica um sistema que “deu certo”.

A partir do momento que um profissional não se posiciona por medo da demissão, acaba por colocar todo o grupo de trabalhadores ao qual pertence em inércia. Se ninguém critica, não há avanço, e sem avanço, toda uma categoria é posta para ser apenas mais uma engrenagem que impulsiona esse sistema desigual. Sobre isso, uma participante coloca que

Participação 6 “Sobre a questão do coletivo, mesmo quando a gente pensa na questão do vínculo efetivo e do contratado, nós, enquanto profissionais, enquanto categoria trabalhadora, a gente tem que trabalhar junto. Não seja assim: ‘ah eu sou efetivo e vocês que rebolem aí para poder dar conta’. A gente poder lutar junto, por que lembrando que assim como nós pensamos que o usuário é um trabalhador como nós, nos também, dentro do serviço, aqui no caso, efetivos ou contratados, com CLT ou temporário, somos todos trabalhadores e a gente precisa, por que esse processo de ligação com o serviço ele também prejudica, seja efetivo ou seja contrato, por que quando a gente consegue pensar que nós todos, juntos, conseguimos lutar para que haja uma efetivação do trabalho, dentro do mercado, a gente vive dentro do sistema capitalista, é claro que para o sistema capitalista é importante que os vínculos sejam frágeis por que aí tem aquela questão do exército de desempregados que vão aceitar qualquer valor, qualquer condição de trabalho, mas a gente precisa continuar nessa luta. (Terceiro tema, 1.3)

Por isso cabe a reflexão da luta coletiva para a execução da ação profissional de cada um. Para Baptista (1986)

Do mesmo modo, as respostas que o assistente social dá às questões da profissão são, ao mesmo tempo, um ato individual é um ato social, pois se relacionam tanto com a estrutura de sua personalidade, quanto com as categorias mentais (a visão de mundo) de seu grupo social. [...] Essa concepção ressalta uma questão fundamental para o estudo da prática: o caráter coletivo de seu sujeito. Cada prática é vista como uma síntese elaborada pelo profissional, do pensamento historicamente construído pelos seus membros, ao qual ele atribui significação e intencionalidade. É essa síntese que

vai nortear seu comportamento frente aos problemas que se colocam à sua ação, e sua maneira de incorporar as transformações das estruturas dos fenômenos com os quais se defronta e, ainda, a sua predisposição para a reprodução ou a criação de novos tipos de prática (BAPTISTA, 1986, p. 17)

Sob esse viés, a prática dos assistentes sociais se constitui enquanto um movimento que ao mesmo tempo que é individual, dado a autonomia relativa de cada profissional, também é coletiva por envolver uma série de questões do ambiente no qual são executadas as ações. E assim a prática profissional vai se constituindo ao longo dos anos, considerando-se as necessidades históricas e culturais de cada época, assim como suas urgências e dificuldades, tecendo ideias e caminhos a seguir para a objetivação do trabalho. As participantes compreendem esse movimento, pois pontuam que

***Participação 8** “Isso aí é a autonomia relativa, que nós temos, por que ao mesmo tempo que a gente tem todas essas normativas e todos os caminhos, mas a gente tem todas essas questões que envolvem o nosso local de trabalho ali, a instituição para a qual estamos trabalhando, e aí isso acaba no dia-a-dia dando uns choque [...] e aí é necessário, por isso que assim, algo que a gente sempre traz né, a necessidade da gente tá sempre se qualificando, sempre estudando por que isso nos traz a base para que a gente possa fazer esses tensionamentos, claro que a gente sabe que tem a questão da instituição, em alguns momentos tem a questão dos próprios profissionais, por que nem todos têm o mesmo entendimento que precisa fazer esses tensionamentos né, que a gente precisa ocupar esses espaços, e aí a gente se depara com essas questões no dia a dia.” (Terceiro tema, 1.3)*

Um tema recorrente salientado pelas participantes é a questão da relação teoria e prática e da necessidade de uma qualificação profissional ao longo de toda atuação. Sobre essas questões, três momentos são apresentados, com as seguintes perguntas: “Você conhece algum conceito sobre ação profissional? Se sim, de quem?”; “De onde vem suas referências quando se trata do assunto sobre a ação profissional?”; “Como você compreende a relação teoria e prática no âmbito da ação profissional?”. Para as participantes, as principais referências quando se trata do assunto ação profissional são: Marilda Iamamoto, o Código de Ética, José Paulo Netto, Yolanda Guerra e a Potyara Pereira. Algumas participantes apresentaram a questão de que há uma familiaridade com o conceito, mas que não conhecem uma bibliografia que aborde especificamente o tema.

***Participação 5** “Eu acho que vários autores vão falar sobre isso também, não necessariamente usando o conceito de ação profissional, mas uns chamam de exercício profissional, outros chamam de intervenção, processos e trabalho, processos interventivo.” (Segundo tema, 1.2)*

Apontam para uma ambiguidade sobre o conceito e uma certa confusão ao se retratar sobre um conceito fixo. Nessa perspectiva, os conceitos se misturam e não se diferenciam. Ação, intervenção, exercício profissional, atuação, seriam todos sinônimos para uma mesma coisa. Porém, isso se apresenta à medida que as participantes compreendem que o conceito de ação profissional não é algo engessado, definido. Ele flutua dentre os mais diversos espaços de atuação e se constitui à medida que é executado.

***Participação 7** “A Potyara vai falar da ação dentro da política de assistência, então eu acho que a familiaridade com o conceito existe. Também concordo que seja algo mais subjetivo, até porque a gente não tem como estabelecer fixamente, por que nossa profissão envolve múltiplas dimensões, então não sei se teria como estabelecer um conceito fixo, engessado, sendo que a gente tem tantas atribuições e tantas competências, tem tanto espaços diferentes” (Segundo Tema, 1.2)*

***Participação 11** “E nunca pode ser engessado. A gente não pode se prender em modelos, por que quando se prende a modelos a gente engessa e aí cada usuário é um atendimento diferente, uma situação diferente [...] e o nosso papel aqui é viabilizar os direitos e ver o usuário no contexto, por conta da questão social que permeia, que é esse nosso trabalho, identificar as questões sociais, fruto do que esse usuário vem, não no que ele se encaixa, mas é ver ele não como vítima e não culpabilizando, mas sim entender o contexto da questão social, porque muitas vezes a gente se pega culpabilizando o usuário.” (Segundo tema, 1.2)*

Nesse sentido, observa-se que a maioria das participantes compreendem que a definição de um conceito sobre a ação profissional não caberia na prática, por essa ser dinâmica e algumas vezes lidar com situações inesperadas. Todavia, não descartam a teoria que se tem acerca do assunto, apresentando as mais variadas referências para que a ação possa ser viabilizada, porém de modo mais subjetivo, sendo conduzido pelo entendimento de cada profissional. Esse pensamento é completamente válido, uma vez que, de acordo com Baptista (2006)

O pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso das verdades parciais. A marcha do conhecimento aparece assim como uma perpétua oscilação entre as partes e o todo, que se devem esclarecer mutuamente. (Lucien Goldmann) (BAPTISTA, 2006, p. 91)

E, sendo assim, é através do coletivo que se estabelece dentro de uma instituição e/ou serviço que será possível construir, mesmo que de forma fragmentada, uma noção e um caminho para a ação profissional percorrer, visando a totalidade presente na sociedade e nos movimentos sociais, sob o viés da viabilização de direitos.

Não obstante disso, Trindade (2011), ao salientar que

A autonomia técnica também tem relação com o planejamento na formulação de propósitos para atingir os objetivos do trabalho. Dependendo da profissão, esse processo é uma oportunidade de reflexão da própria experiência, constituindo-se em um saber sobre aquilo com que se está lidando e servindo como enriquecedor para a melhoria da **intervenção**. [...] Em geral, esses profissionais, através de uma equipe interdisciplinar, procuram analisar, estudar e planejar as **ações** que vão ser empreendidas para com os indivíduos, que são nesse caso o objeto de suas **intervenções**. Suas **práticas** são dotadas de saber e de poder. Dotadas de saber, pois todas as disciplinas e profissões têm um conhecimento teórico e técnico adquirido; e são dotadas de poder porque vão empreender **ações** por meio dos processos [...] que envolvem as vidas de vários sujeitos. (TRINDADE, 2011, p. 227)

Apresenta a noção de “saber-poder” e emprega o conceito para se referir ao saber de cada categoria profissional, o saber que é apreendido ao longo da graduação de Serviço Social e também àquele saber que é adquirido ao longo do exercício profissional. Através da autora é possível observar que as ações necessitam de uma base forte e bem constituída para que haja o seu desenvolvimento, e isso não descarta a autonomia de cada profissional. Trindade (2012), em outro momento, ainda menciona que

[...] o desenvolvimento de ações, procedimentos e instrumentos faz parte da produção das respostas profissionais fundamentadas pelo projeto profissional, com suas dimensões: teórica (do saber, do conhecimento), técnica (saber fazer) e ética (os objetivos que indicam as intencionalidades). (TRINDADE, 2012, p. 73)

Ligado a essa perspectiva, a preocupação com os instrumentais do serviço social perpassa as falas do grupo focal, sob a lógica de uma criticidade. Foi observado uma insatisfação nas participantes em relação ao assunto, uma vez que pontua-se a falta de interesse que as universidades apresentam para realizar pesquisas e teorias referente ao instrumental de trabalho.

***Participação 8** “E também a gente vê essa falta de preocupação nesse processo de trabalho, nos instrumentais. Tanto que até hoje a tese do Hélder é usada, é referência sobre os instrumentais. [...] Então talvez isso também seja uma questão, por que não é falado tanto, aprofundado sobre a ação profissional, sobre os instrumentais e acaba a gente utilizando sempre as mesmas referências de muito tempo. O que que a universidade está privilegiando enquanto conhecimento também né? Da nossa área.”(Segundo Tema, 1.2)*

Participação 9 “E por que que os instrumentais não tão instintivamente ligados ao exercício profissional né? A ação.” (Segundo tema, 1.2)

Participação 10 “A gente não discute instrumental, muito pouco, a gente discute na universidade, mas muito pouco e com poucas referências também, sendo que os instrumentais na hora que a gente vem para atuação são instrumentos tanto para trabalhar nas mediações para a viabilização de direitos como quanto para trabalhar na violação de direito, dependendo da forma como eles são utilizados, que é essa a discussão. Então acho que também seria algo importante de estar linkado a ação profissional, a reflexão sobre o uso dos instrumentais.” (Segundo Tema, 1.2)

Para as participantes a questão do instrumental deveria estar intrinsecamente ligada à ação profissional, e essa ideia aparece também na bibliografia de Trindade, que menciona, inclusive, que o instrumental técnico utilizado pelas assistentes sociais, significa um meio uma ferramenta, e é o instrumento que vai dar objetividade às intenções profissionais articuladas às necessidades dos sujeitos, é algo que qualifica a ação, a execução das atividades profissionais. De acordo com a autora, a ação não é um mero procedimento que se desenvolve ao acaso no imprevisto. A ação é balizada sobre um instrumento que vai se aperfeiçoando ao longo da atuação e que necessita de um conhecimento, de uma fundamentação teórica que indique uma direção a seguir.

Referente a esse assunto, a relação teoria e prática é algo fundamental na execução da ação profissional. Apesar das participantes concordarem que não há necessidade de um conceito fixo sobre a ação, tem-se muito nítida a ideia de continuamente buscar nos referenciais teóricos do serviço social e de outras áreas do saber a referência para a viabilização e execução do trabalho profissional.

Participação 1 “Eu percebo que todos os dias eu me cobro que eu preciso ter teoria. Não tem como agir se tu não tem o conhecimento. Vou dar um exemplo agora de quando a gente foi ligar o data show: as vezes a gente até consegue ligar, até consegue dar certo, mas se tu não conhece a teoria de como de fato funciona aquela máquina, e quando tem algum problema, tu consegue de fato resolver aquilo, tu percebe que tu ter só a prática de ir lá, apertar botão às vezes conseguir, as vezes não, mostra que o conhecimento da teoria é necessária, que se não a prática não vai ser efetiva, contínua, e alcançar sempre nos momentos críticos o objetivo que tu quer. Na mesma forma a nossa ação profissional, a gente precisa ter a teoria, como por exemplo, se eu não tenho uma leitura previa sobre abuso infantil, do que é violência infantil, eu não vou conseguir distinguir o que é ou não é, então a gente precisa da teoria. E no âmbito de cada trabalho, porque dentro da política da assistência é um conhecimento, e de alguma forma a gente precisa ampliar porque a gente precisa ter um pouco de informação da saúde, da habitação, das políticas, para fazer esta intervenção.” (Quarto tema, 1.4)

A par disso, compreende-se que há algumas lacunas na formação acadêmica que prejudicam a ida para o campo de atuação. Porém, também há o entendimento de que por ser o serviço social amplo e com infinitas possibilidades de atuação, é necessário estar sempre estudando para além daquilo apreendido nos cursos da graduação, oxigenando as informações e ampliando o campo do saber, com o objetivo de qualificar cada vez mais a atuação, num sentido técnico e consciente das complexidades que compõem as expressões da questão social.

***Participação 2** “Eu que tenho pouco tempo de formada, a teoria pra mim vem muito, assim, diariamente. Eu acho que não tem como tu ter uma prática que não está vinculada a teoria, ela viola direito, ponto. Agora eu acho que há lacunas importantes aí que precisam ser preenchidas, ao mesmo tempo que entendo também que a realidade é dinâmica, então sempre haverá lacunas. Mas acho até que essas lacunas são necessárias para a gente estar sempre em movimento. Porque a teoria não tá dada né? A realidade não está dada. Não existe uma prática sem a teoria, mas que ela seja uma construção constante também, dentro do exercício.” (Quarto tema, 1.4)*

A realidade se apresenta como algo dinâmico, completamente mutável e em consonância com o cenário político que se estabelece nas mais variadas épocas e contextos. Para o assistente social existe a necessidade constante de “estar atento e forte”, se fortalecendo em coletivo e individualmente, no sentido de buscar uma base teórica que fundamente as ações e intervenções no dia-a-dia, fugindo do imprevisto que sempre aparece como uma alternativa para a resolução das demandas dos usuários. Em coletivo, a possibilidade do grupo de estudos fortifica o exercício profissional à medida que se apresentam diversas visões sobre determinada situação, demonstrando uma gama de possibilidades que talvez não existiriam se fossem articuladas sozinhas.

Sobre isso, Baptista (1986, p. 16) compreende que “é no interior da prática do Serviço Social, nas relações que ele estabelece com a sociedade, que vão se formando as condições de sua própria superação.”. E sendo assim, apesar dos cursos acadêmicos e de suas disciplinas organizaram uma série de estudos e pesquisas para contemplar as questões que englobam a prática dos assistentes sociais, sempre existirão lacunas. E são essas lacunas que irão movimentar os profissionais a sempre estar se reatualizando, se abastecendo de novas informações e dos movimentos da sociedade, possibilitando a própria superação da categoria, visando sempre o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da ação profissional. Sobre isso, o grupo focal pontua que

***Participação 4** “Eu acho que o nosso conhecimento, do serviço social mesmo, da nossa formação, ele é a nossa base, é o que vai orientar o nosso exercício profissional de forma crítica. Mas isso que a fulana traz ali, é o nosso compromisso profissional ético, a gente sempre tem que tá estudando. Eu tô formada a 8 anos, e atuando na*

política de assistência social, não atuei em outra política, mas assim o, em nenhum momento da minha vida profissional eu vi descolado disso. Não tem como. Qualquer intervenção, eu lembro de coisas que eu estudei, do que meus professores disseram, para além do serviço social. Até porque a graduação é o início da nossa vida enquanto profissional, estudante, por que a gente vai estudar sempre. As legislações mudam o tempo todo, só que esse conhecimento que eu falei, que é base do serviço social, cada vez eu tenho mais certeza de que esse aqui é o fundamental do conhecimento, nossa base teórica. Porque tem muita gente que confunde isso [a base teórica] com as orientações do ministério do desenvolvimento social, com cadernos, que confunde com a legislação, a legislação tbm faz parte desse arcabouço, mas a gente não se baseia nisso. A nossa perspectiva profissional aqui, a nossa identidade profissional, é desse conhecimento.” (Quarto tema, 1.4)

Participação 7 *“A nossa ação, ela é (uma) ação que toda ação é política. Porque a gente tem o poder de escolha né? E a gente, dentro do serviço social tem esse poder de escolha da ação, embora cada ação que gente tomar, cada escolha, ela tem que ser pautada na teoria, e na nossa teoria, tem que tá dentro da legislação mas a gente não poder fugir da nossa teoria. e aí é onde entra os embates, porque muitas vezes a gente vai dar (soquinhos nas mãos).” (Quarto tema, 1.4)*

Não obstante disso, o debate das dimensões que se estabelecem para os assistentes sociais é importante para o debate da ação profissional. Sobre isso, Francisco (2018) aponta que,

De acordo com Guerra (2013), o Serviço Social é uma profissão de natureza interventiva, que ocupa seu lugar reservado na divisão social e técnica do trabalho. Essa característica operativa da profissão se expressa no tipo de resposta dada à sociedade. Para o assistente social dar tais respostas, requer mobilizar as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Com isso, mostra-se como uma exigência para o exercício profissional o aperfeiçoamento técnico-operativo, mas atrelado às outras dimensões da profissão, pois são complementares entre si. (FRANCISCO, 2018, p. 2)

À vista disso, as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa precisam estar vinculadas para a execução da ação profissional. A prática não se constitui sem a teoria, e a teoria não evolui sem a prática. Ambas estão permeadas pelo projeto ético-político da profissão, na qual todas as ações necessitam estar balizadas.

Sendo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) uma entidade Acadêmico Científica responsável por coordenar e articular o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós graduação, é imprescindível que os cursos de graduação sigam as diretrizes estipulada pela entidade, para que se possa garantir um ensino qualificado, de qualidade e universal. Quando isso não ocorre, gera lacunas profundas na formação que dificultam o acesso a uma gama de informações que seriam imprescindíveis para a atuação nos campos de trabalho.

Sinaliza-se isso pois as participantes do grupo focal apresentam a discussão sobre o ensino a distância como um ponto relevante para a compreensão sobre a ação profissional. Esse tema gerou o debate sobre a dificuldade que algumas participantes encontram para supervisionar o estágio obrigatório de alunos que vem do ensino EAD, e de como isso afeta na execução das atividades.

Participação 1 “Eu tava discutindo esses dias com uma colega que tava reclamando de conseguir um estágio dentro do serviço social, e é uma colega que tá numa formação em EAD. E aí teve uma discussão. Durante minha graduação eu fui representante na ABEPSS, que vai trazer as diretrizes curriculares pro serviço social, e foi o que eu estava explicando para ela. Pra mim é complicado fazer a supervisão de uma pessoa que não tenha uma formação balizada nas diretrizes curriculares da ABEPSS. Não é porque é uma formação EAD. É porque quando a gente, vai pegar uma estagiária que não tem o conhecimento dessas diretrizes, é um trabalho que eu não me sinto capacitada a fazer no momento, talvez com mais tempo de leitura e profissão... eu acho necessário que haja a supervisão, mas há uma lacuna muito grande da formação, que vai influenciar na perspectiva ético-política dessa pessoa que tá em formação que eu não me sinto capacitada para supervisionar. E aparece na fala também né? que são coisas que tu vai precisar desconstruir e reconstruir com essa pessoa.” (Quinto tema, 1.5)

Participação 4 “A crítica na verdade é a política de educação que é uma mercadoria, então eles não se preocupam. Muitas faculdades, não é a questão: “há porque eu me formei em tal lugar”, não é essa questão, até porque muito perpassa a pessoa né?” (Quinto tema, 1.5)

Participação 5 “E assim, o que a gente tá falando, que também perpassa a ação profissional, é que existe sim uma política de precarização da educação como um todo, tanto a universidade pública quanto às outras. A universidade pública também entra naquilo que a gente estava falando de autonomia. Os professores de instituições públicas eles tem uma autonomia diferente dos professores da particular. Eu sei disso porque eu tenho amigos que são professores e falam isso: “A gente não tem autonomia para algumas coisas, algumas pautas inclusive a gente nem pode falar, porque como que eu vou criticar por exemplo a questão da educação das universidades privadas e até no próprio capitalismo, dentro de uma instituição privada?”. Então tem debate sim que não vai ser feito. Mas isso tem que ser mediado pelas instituições que têm que fiscalizar.” (Quinto tema, 1.5)

Participação 9 “No serviço social nós também temos essa particularidade. Eu acho que não é uma richa de faculdade, nem isso e aquilo. Mas é a questão da profissão. Não adianta, já está posto só que tem que ser fiscalizado. Não pode fugir da nossa matriz teórica, do conhecimento que a gente precisa ter para atuar. Então as resoluções, elas deixam isso muito claro também, o nosso projeto ético político traz muitas questões que elas têm que ser contempladas sim, dentro do ensino. Então tem que ser fiscalizado independente de qual faculdade for.” (Quinto tema, 1.5)

Participação 10 “Sim, mas que a gente tenha sempre o olhar crítico para a formação né? independente de qual seja.” (Quinto tema, 1.5)

Observa-se que apesar das críticas não se nega a força que tem as instituições EAD que formam milhares de alunos por ano. Essas instituições ganham cada vez mais espaço na

sociedade uma vez que facilitam a formação, dado que o aluno pode acompanhar as aulas de casa, sem precisar se deslocar para o espaço físico da universidade. O sentido da crítica realizada pelas participantes vai no sentido de que essas instituições não seguem as diretrizes, e isso é um problema para a categoria que pode gerar danos profundos num futuro não tão distante. Fazendo essa reflexão sobre a base teórica e a crítica sobre as estruturas que a permeiam, Baptista (2006) (apud Frigotto¹⁹) aponta que

[...] a reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas ocorre em função da ação para transformá-la e que, no processo dialético de conhecimento, não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma **prática** que altere a realidade, no plano do conhecimento e no plano histórico-social. (BAPTISTA, 2006, p. 73)

Por sua vez, esses debates são importantes para que se possa ter um olhar crítico sobre a situação que está sendo posta, e que o ensino EAD siga as normas e diretrizes estipuladas pela categoria. A par disso, as participantes pontuam a importância que tem o estágio e a supervisão para a sua atuação profissional, salientando que a supervisão permite adentrar em assuntos e embates que não aconteceriam se não houvesse a/o estagiária/o.

Participação 7 “Mas eu te digo: estou a 22 anos formada. Também tive resistência. Eu pensava: “não, eu tenho muito que aprender ainda”. Só que assim, quando tu tá com estagiário isso também te ajuda a se perceber: “a perai eu vou passar isso aqui, eu posso aprender isso novo”. A gente vai ter a oportunidade de também estar se oxigenando, se a gente pensar que não tá pronto, a gente nunca vai tá pronto.” (Quinto tema, 1.5)

Participação 8 “Eu tive uma estagiária, e tive muitos momentos de tensionamento onde eu estava, e ela era a única pessoa com quem eu conseguia dividir as questões ali. E a gente conseguia refletir em relação a tudo que ocorria naquele espaço. Por que ela era a única que conseguia fazer aquela leitura junto comigo. Os outros profissionais de outras áreas de atuação, não conseguiam ter o mesmo olhar para aquela situação e foi com ela que eu consegui.” (Quinto tema, 1.5)

Por último, foi questionado ao grupo focal se as participantes "Gostariam de indicar ou ver problematizado algum aspecto sobre ação profissional que não foi abordado e discutido nesse momento?". Referente a isso, foi colocado que

Participação 1 “Eu acho interessante também falar sobre isso: Que a gente não estuda na universidade, a gente não está acostumado a falar sobre esses espaços que

¹⁹ Frigotto (apud Fazenda, 2003: 81) – Mencionado por Baptista, 2006, p. 73.

a gente tem que ocupar, tanto na função de planejamento das políticas, que é fundamental enquanto assistente social, a gente tá ali envolvido, é muito pouco, a gente precisa entender mais de orçamento de planejamento de políticas e também de gestão, porque a gente não se colocou durante muito tempo nesses espaços de gestão e daí a gente deixou outras pessoas ficarem ocupando e ditando como seria a política, como seria o andamento dos serviços. Eu acho que a gente tem que se colocar nesses lugares sim, debater a política, contribuir de forma crítica para construção de um trabalho comprometido com nosso projeto ético político. Então eu acho que isso também tem que entrar dentro da nossa ação profissional, para a gente ocupar esses outros espaços, porque alguém vai ocupar, se não for nós, alguém vai ocupar, eu acho que a nossa formação não prioriza esse debate.” (Sétimo tema, 1.7)

Participação 2 *“Embora a Iamamoto batia muito nessa tecla: de que a gente não ficasse só na execução, e participasse do planejamento.” (Sétimo tema, 1.7)*

Participação 3 *“Essa questão de conhecer o financiamento público também. É uma coisa muito complexa e acaba que a gente para na página 2 né?” (Sétimo tema, 1.7)*

Indicando a necessidade de colocar em pauta a questão do assistente social em cargos de “poder” e que lida com a esfera da documentação e da burocracia enquanto ação profissional. Além disso, salientou-se também que

Participação 4 *“Acho que outro ponto que é importante levantar, tanto na participação quanto na ação, é a questão da saúde. Há um esgotamento mental para além das condições de trabalho. As nossas requisições tratam de violência. A gente vai conseguir tipificar violência aqui, (no CREAS), ou a violência na básica, ou na saúde, mas elas tratam de violência, da subalternização da população, de todas as expressões da questão social ali envolvidas num único atendimento. E aí você lidar com isso e lidar com as discussões dos espaços de participação, principalmente quando não são só da categoria. Nos espaços coletivos de conselho e tal, é impossível, tem momentos que é impossível. Então como garantir essa participação se a gente também não tem garantia de saúde mental? Numa profissão como a nossa, e a gente tem zero acesso à saúde mental, que seria fundamental, também é algo que vai impactar nesse comprometimento, nosso compromisso com a qualidade e com a participação.” (Sétimo tema, 1.7)*

Todas as questões postas pelas participantes permeiam por completo a ação profissional e a modificam e a moldam por inteiro e, também, a definem. A ação profissional é composta pelas estruturas externas e internas de cada serviço e/ou instituições, assim como as relações que se estabelecem no meio profissional e as formas da contratação de trabalho. Outro ponto importante é a questão salarial, dado que a remuneração recebida pelos serviços executados é o que torna possível o acesso a serviços externos àqueles relacionados ao trabalho, como por exemplo o acompanhamento psicológico, sendo que as profissionais pontuam a necessidade desse acompanhamento uma vez que trabalham com questões sensíveis e pesadas, envolvendo as expressões da questão social. Não obstante, a ação necessita da oxigenação permanente através da formação continuada, sendo a teoria aliada de grande potência para o dia a dia das assistentes sociais.

Para além de conceituar a ação, é preciso compreender em que espaços ela ocorre, e em que circunstâncias. Ademais, é imprescindível a compreensão de que a ação profissional e sua conceituação são necessárias, mas deve-se sempre partir da visão de observá-la em sua contextualidade, assim como ter a preocupação de a vincular nos contextos nos quais está a ser executada. Em convergência com as autoras apresentadas, as participantes colocam que o momento histórico no qual são executadas as ações influem no caminho que será seguido e nas possibilidades de atuação presentes em cada realidade social, de cada época histórica e suas complicações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta que deve ser posta é: Deve existir a conceituação sobre a ação profissional? Ao longo da jornada de escrita desse trabalho, houve alguns momentos nos quais se pôs em questão a necessidade de haver um conceito que englobe a ação profissional, e isso se dá em diversos âmbitos.

Através de impulsos pessoais, a pesquisadora deste TCC, por muito tempo se questionou sobre o enquadramento das palavras, e de como esse processo limita um entendimento sobre qualquer termo que se utiliza. Por muito tempo, o pensamento de que definir uma palavra a colocaria num lugar engessado e sem possibilidades para qualquer tipo de reflexão ou questionamento, esteve presente nas perspectivas sob as quais se analisou as três partes do trabalho.

Perpassando pelas etapas de construção de escrita e pesquisa, torna-se importante pontuar alguns processos que ocorreram nesse caminho. Nesse sentido, as etapas foram de uma noção de que sim, a conceituação precisa existir para que haja alguma base para as profissionais da prática e também para aqueles que pesquisam sobre, para a noção de que: “e se essa conceituação existir não vai limitar a prática?”. Mas pontua-se que depois de tanta pesquisa, coloca-se um meio termo para essas duas ideias. Esse meio termo acredita que a conceituação não limita a ação, mas que essa conceituação deve ser atenta às mudanças históricas, políticas, econômicas e culturais de cada tempo no qual são aplicadas, assim como devem permitir a reflexão e estar aberta a transformação. Outro ponto que precisa ser salientado, é o fato de a conceituação sobre ação ser dividida em sub conceituações, dado o caráter diverso do exercício profissional do assistente social.

Foi através do grupo focal que sugeriram diversas dúvidas em relação à pesquisa levantada. Quando uma participante coloca que acredita que talvez não exista uma conceituação pois a ação não pode e não deve ser engessada, questionou-se a necessidade de se buscar essa conceituação. Porém, através das autoras, foi possível observar a importância de se delimitar os espaços de atuação e qual precisa ser essa atuação, no sentido de contemplar as demandas sem fugir das normativas que regem a profissão e do projeto profissional em sintonia com o projeto ético-político do serviço social.

Com isto podemos afirmar que buscar conceitos e suas definições não é definir um único e exclusivo ponto, é ter clareza e conhecimento processual dos elementos que o compõem, de maneira que possam ser descritos, identificados e compreendidos, no sentido de entender a

totalidade dos fatores que atravessam nosso exercício profissional e constituir um conhecimento particular sobre este.

Em suma, conclui-se que Baptista é referência ao se tratar sobre a Prática Profissional. É possível concluir que a prática, segundo a autora, é referente aquilo que se estabelece ao longo dos anos de construção do serviço social, as práticas adotadas pelas profissionais, sendo elas internacionais ou nacionais. Ainda é possível indicar que ao realizar a investigação sobre a prática profissional, Baptista possibilita um método para que a análise possa ser realizada por mais pesquisadores, agregando de forma significativa para o movimento da pesquisa científica em serviço social. Além disso, apresenta a preocupação com o conhecimento que é voltado para a intervenção profissional, produzindo uma série de conteúdos para fomentar esse debate.

Conclui-se que Trindade delimita a ação profissional do assistente social. Ela explicita quais são essas ações e em quais contextos ocorrem. Através da autora foi possível compreender que a ação pode ser alocada em quatro grandes grupos, e que esses não são imutáveis e tão pouco estáticos ou estagnados no tempo. Eles mudam conforme o desenvolvimento e as transformações que ocorrem na profissão, sendo possível agregar ou retirar significações à medida que se torna necessário.

Em relação ao grupo focal, o mesmo representou um grande avanço para o meio da pesquisa científica, uma vez que possibilitou entender o que as profissionais consideram de sua ação profissional. Além disso possibilitou um momento de reflexão para as participantes presentes podendo “oxigenar” a sua atuação através do debate coletivo e de demandas que ao mesmo tempo que são individuais, são coletivas. As observações realizadas pelas participantes são de grande importância, dado que são demandas urgentes no campo da prática e que precisam ser abarcadas nas pesquisas realizadas pelo serviço social. O grupo focal também se mostrou em consonância com as autoras, sinalizando em diversos momentos debates que também perpassam a bibliografia analisada, mas já reelaborada pelas experiências e conhecimento construídos pelos sujeitos.

Com isso, salienta-se que os objetivos para a pesquisa, cujo principal corresponde a: identificar os principais fundamentos teórico-metodológicos presentes no conjunto categorial sobre ação profissional do Serviço Social no pensamento de Baptista e Trindade e suas implicações no exercício profissional dos assistentes sociais, foram atingidos e concluídos com sucesso, uma vez pretendida a busca pela conceituação da ação profissional tanto na base teórica quanto na prática, sendo possível elencar as principais ideias postas na bibliografia analisada das duas autoras e das respostas obtidas com as participantes do grupo focal.

Mesmo assim, uma série de informações foram acumuladas ao longo dessa pesquisa, produzindo referencial bibliográfico para as profissionais da prática e pesquisadores da área, e esperamos que esta contribuição seja ao menos inquietante e estimuladora aos novos estudos e pesquisas. Ademais, salienta-se a importância da pesquisa para futuras revisões curriculares dos cursos de serviço social, uma vez que as participantes também produziram pesquisa ao aceitarem realizar o grupo focal, trazendo para a universidade a necessidade de debate. Assim, espera-se que o curso promova debates que digam respeito as indagações e posições assumidas ao longo desse TCC, desenvolvendo e articulando as melhores formas de trabalhar com a questões que permeiam a categoria dos assistentes sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Retomando a temática da “Sistematização da Prática” em Serviço social.** In: Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional, 2012
- BAPTISTA, Myriam Veras. **O estruturalismo genético de Lucien Goldmann e o estudo da prática no serviço social.** Serviço Social & Sociedade, Cortez, São Paulo, ano VI, p. 110-118, 1986.
- BAPTISTA, Myriam Veras. **Novas perspectivas da participação na ação do serviço social. Intervenção Social,** Lisboa, 1987.
- BAPTISTA, Myriam Veras. **A produção do conhecimento no Serviço Social. Serviço Social e Contemporaneidade.** Ano 1. N. 1, 1997. Teresina. EDUFPI, 2008. p. 154 a 163
- BAPTISTA, Myriam Veras. **A Ação Profissional no Cotidiano.** In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo: Cortez Editora, 1995b, v. 1, p. 110-121.
- BAPTISTA, Myriam Veras. **A característica interventiva retira da investigação a sua cientificidade?** A investigação na Prática Profissional. In: BAPTISTA, Myriam Veras. A investigação em Serviço Social. São Paulo: Veras Editor, Lisboa [Portugal], CPIHTS, 2006a, p. 15-27.
- BAPTISTA, Myriam Veras. **O que particulariza a investigação na prática profissional do assistente social?** A investigação na Prática Profissional. In: **A investigação em Serviço Social.** São Paulo: Veras Editor, Lisboa [Portugal], CPIHTS, 2006b, p. 28-34.
- BAPTISTA, Myriam Veras. **A produção do conhecimento no Serviço Social.** Serviço Social e Contemporaneidade. Ano 1. N. 1, 1997. Teresina. EDUFPI, 2008
- BAPTISTA, Myriam Veras. **Prática social/prática profissional:** a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. In: BAPTISTA, Myriam Veras. A Prática Profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento. 2ª. ed. São Paulo: Veras Editora e Centro de Estudos, v. 1, 2014 a, p 13-18.
- COALIZE. Redação. **Entenda o que é CLT e como ela rege as leis trabalhistas.** Online, publicado em: 2 jun. 2021. Acesso em: 23 nov. 2022. Disponível em: <https://www.coalize.com.br/o-que-e-clt>.
- FRANCISCO, Erica Aparecida dos Santos. **Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa no serviço social com enfoque nos instrumentos e técnicas.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória, ES. dez, 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: **Teoria, Método e Criatividade.** Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizado). 30. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NETTO, José Paulo. **Notas para a discussão da sistematização da prática em Serviço Social**. Cadernos ABESS. São Paulo: Cortez, 1989. n. 3.

SILVA, João Carlos da. **Educação e alienação e Marx: Contribuições teórico metodológicas para pensar a história da educação**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.19, p.101 - 110, set. 2005.

TST. Tribunal Superior do Trabalho. **Especial Trabalho Temporário: oportunidade em tempos de desafio**. Online, publicado em: 4 dez. 2020. Acesso em: 23 nov. 2022. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/trabalho-temporario>

TRAD, Leny A. Bomfim. **Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiência com o uso da técnica em pesquisas de saúde**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [3]: 777-796, 2009.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. Revista *Temporalis*, n. 4, Rio de Janeiro, ABEPSS, Jul/Dez. 2001.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. A dimensão técnica-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: UFJF, 2012.**

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes; SOARES, Ana Cristina Ferreira. **Saber e poder profissional do assistente social no campo sociojurídico e as particularidades do Poder Judiciário**. Argumentum, v. 3, n. 1, p. 220-237, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE 1:

1 TRANSCRIÇÃO DAS FALAS DO GRUPO FOCAL.

1.1 Primeiro tema

A primeira pergunta exposta ao grupo foi: “O que é a ação?”, todavia, as participantes responderam vinculando a palavra ação com o conceito de ação profissional. Como as presentes se demonstraram interessadas em seguir nessa linha de raciocínio, optou-se por não interromper e passar para a segunda pergunta que condiz com as respostas que foram dadas. Nesse sentido, expõe-se a segunda pergunta, e na sequência, as respectivas respostas.

“O que define ação profissional?”

Participação 1 “Uma intervenção. Toda intervenção que eu faço em algum atendimento que tenho. Não necessariamente essa intervenção precisa ser diretamente com o usuário, mas uma intervenção na qual eu faço uma articulação com o serviço, quando eu faço um estudo para subsidiar algum relatório que eu vou construir, outros (a se construir) são documentos. Para mim, a ação profissional envolve muito isso, desde o atendimento, até elaboração de documento, estudo, articulação com outros serviços.”

Participação 2 “Eu acho que entra bem isso, uma questão de movimentos que o profissional precisa executar para chegar nesses encaminhamentos e nestas questões.”

Participação 3 “É, a ação me remete a movimento, assim, tanto uma ação profissional, quanto uma ação em qualquer outra, (a ação) é algo que tu se movimenta e com algum motivo, tu tem um motivo que faz tu agir, que faz tu se reinventar.”

Participação 4 “E pra ter essa ação, precisa ter um conhecimento, pra tu poder ter uma ação planejada, com um objetivo para aquela ação.”

Participação 5 “*E toda ação do assistente social, ela vem com uma intencionalidade, porque toda nossa ação, ela tem um por que, um pra que e um para quem, e tudo isso remete a viabilizar os diretos, e tudo que a gente faz é pautado dentro do nosso projeto ético político, que tem que tá sempre (presente), toda intencionalidade ação e intervenção, de acordo com nosso projeto ético político.*”

Participação 6 “*Eu acho que até a busca do conhecimento também entra no campo da ação, faz parte do fazer profissional.*”

Participação 7 “*Eu já ligo o processo do nosso trabalho a um sentido literal né, que envolve a fala de todas as colegas, uma ação para mim tem processo de trabalho, que é um movimento contínuo, seja no processo de aprendizado, seja no desenvolver do nosso trabalho.*”

1.2 Segundo tema

A pergunta proposta na sequência foi a seguinte: “Você conhece algum conceito sobre ação profissional? Se sim, de quem?”, o que levou ao assunto referente ao instrumental do serviço social, abaixo alguns apontamentos das participantes:

Participação 1 “*Uma vez a Marilda Yamamoto, ela traz muito esse conceito, e ela problematiza isso né, que a gente faz esse trabalho.*”

Participação 2 *Uma participante coloca a pergunta: “Mas ela traz o conceito de ação profissional ou de exercício profissional? Ou são sinônimos?”, mas ela não é respondida.*

Participação 3 “*sim, no projeto ético político, dentro do código de ética, ele (os documentos) preconiza as ações. O José Paulo Netto também fala né, é um dos autores também que eu gosto muito.*”

Participação 4 “*Eu acho que traz muito também esse viés que a gente trouxe, do movimento, das intervenções, acho que quando a gente acaba lendo ele traz nesse sentido, mas não que se tenha algum conceito bem determinado e fechado.*”

Participação 5 “Eu acho que vários autores vão falar sobre isso também, não necessariamente usando o conceito de ação profissional mas uns chamam de exercício profissional, outros chamam de intervenção, processos e trabalho, processos interventivo.”

Participação 6 “A Yolanda Guerra, ela fala muito da ação com a intencionalidade.”

Participação 7 “A Potyara vai falar da ação dentro da política de assistência, então eu acho que a familiaridade com o conceito existe. Também concordo que seja algo mais subjetivo, até porque a gente não tem como estabelecer fixamente, por que nossa profissão envolve múltiplas dimensões, então não sei se teria como estabelecer um conceito fixo, engessado, sendo que a gente tem tantas atribuições e tantas competências, tem tanto espaços diferentes”

Participação 8 “E também a gente vê essa falta de preocupação nesse processo de trabalho, nos instrumentais. Tanto que até hoje a tese do Hélder é usada, é referência sobre os instrumentais. Então acho que não tem uma preocupação com isso, e tem-se muito uma preocupação com o viés crítico do serviço social, que não to dizendo que é ruim, é bom, só que a gente viu durante muito tempo ocupando as cadeiras do mestrado, do doutorado, as pessoas que querem só se dedicar às pesquisas teóricas, até então, o pessoal que tá mais na ponta atuando aqui, que tá preocupado com o processo de intervenção mesmo do serviço social, da ação profissional, as vezes acaba não ocupando esse espaço ali, e a gente deixa um pouco o aprofundamento dessa parte da nossa profissão de lado. Então talvez isso também seja uma questão, por que não é falado tanto, aprofundado sobre a ação profissional, sobre os instrumentais e acaba a gente utilizando sempre as mesmas referências de muito tempo. O que que a universidade está privilegiando enquanto conhecimento também né? Da nossa área.”

Participação 9 “E por que que os instrumentais não tão instintivamente ligados ao exercício profissional né? A ação.”

Participação 10 “A gente não discute instrumental, muito pouco, a gente discute na universidade, mas muito pouco e com poucas referências também, sendo que os instrumentais na hora que a gente vem para atuação são instrumentos tanto para trabalhar nas mediações para a viabilização de direitos como quanto para trabalhar na violação de direito, dependendo

da forma como eles são utilizados, que é essa a discussão. Então acho que também seria algo importante de ta linkado a ação profissional, a reflexão sobre o uso dos instrumentais.”

Participação 11 *“E nunca pode ser engessado. A gente não pode se prender em modelos, por que quando se prende a modelos a gente engessa e aí cada usuário é um atendimento diferente, uma situação diferente [...] e o nosso papel aqui é viabilizar os direitos e ver o usuário no contexto, por conta da questão social que permeia, que é esse nosso trabalho, identificar as questões sociais, fruto do que esse usuário vem, não no que ele se encaixa, mas é ver ele não como vítima e não culpabilizando, mas sim entender o contexto da questão social, porque muitas vezes a gente se pega culpabilizando o usuário.”*

Participação 12 *“A gente tem uma professora no serviço social, a Marisa, que fala que a gente não viabiliza direito, porque é no contexto que a gente vive, na forma de sociedade que a gente vive, a gente não tem esse poder enquanto profissional. Ela fala que a gente média, a partir das nossas intervenções, formas de acesso, e que para que o direito seja viabilizado, a gente precisa de uma estrutura societária que trabalhe em relação a isso. Então ela coloca como muitos autores falam, que a gente trabalha na viabilização dos direitos, na garantia do direito.”*

Participação 13 *“Acho que isso é o nosso desafio, pensando no conceito de ação profissional. A gente, quem ta na prática, no dia a dia, o desafio da gente tá sempre buscando fazer esse link com a teoria para a gente também conseguir fazer uma leitura mais ampla, para que a gente consiga ver o mínimo que é o usuário, que a família dentro do contexto que ele tá, dentro do macro.”*

Participação 14 *“Essa ação profissional a gente sabe que tá muito pelo argumento da sociedade, muitas das vezes que nós temos e essas leis que nós construímos de alguma forma, então a questão do micro e do macro né, da conjuntura que a gente também está, a gente percebe, e esse é nosso desafio todos os dias quando nós estamos aqui no local de trabalho, e acho que também é o desafio da universidade, quando tá lá muito enfiado só no orçamento teórico, fazer essa ligação entre o teórico e o prático, para que possa haver essa junção, porque senão fica tudo polarizado né, a gente aqui focado, acaba sendo consumido por essa prática. A Yamamoto nos orienta pra gente não ficar só nisso, só no fazer fazer ali, a ponto de ficar*

mecanizado e a gente não perceber que tem uma condição crítica de também gerir, também planejar, também ser gestor, de conseguir ir mais além do que no dia a dia.”

Participação 15 *“E que esse processo de trabalho não seja mecânico né? Que ele seja reflexivo. A gente precisa pensar sobre o que a gente tá fazendo. E ali sobre viabilizar concordo com esse caráter ali que vocês trouxeram, que realmente a gente não consegue viabilizar nem garantir, né, a gente é bem aquela palavra, a gente é o mediador, de promover o acesso. Mas a gente nem sempre consegue dar acesso ao mínimo, então é nisso, essa ação profissional a nossa, todas as intervenções elas são perpassadas por tudo isso que a gente falou, então é algo complexo. Parece que às vezes a gente, quando tá no mecânico, não consegue refletir sobre tudo isso, mas a gente é perpassado por tudo isso. Por isso que a gente trabalha trinta horas e fica exausto, nas trinta horas, né? Porque o trabalho é muito cansativo.”*

Participação 16 *“É um trabalho mental muito grande também, e a gente às vezes nem se dá conta de quanta conexão a gente faz aqui dentro pra conseguir dar conta daquela demanda que tá ali.”*

Participação 17 *“Uma outra questão também: a gente sabe que o nosso trabalho está muito ligado à teoria. Se a gente não buscar conhecimento, no dia-a-dia, a gente vai voltando ali e vai ficando no mecânico, e aí tu vai buscar dentro da cabeça e tu não tem ali uma referência, uma..., e o trabalho te consome de tal forma que muitas das vezes dentro do próprio trabalho tu não consegue ter esse espaço de parar, fazer uma boa leitura, pra poder ter aquele pensamento reflexivo, crítico a respeito da ação, para que não venha culpabilizar o usuário que tu tá atendendo.”*

Participação 18 *“E aí entra o que Imamoto fala: que a gente precisa sair de dentro da redoma de vidro, ser um profissional criativo, propositivo e todo dia a gente tem que tá utilizando disso para conseguir de alguma forma mediar para que o usuário não seja culpabilizado.”*

Participação 19 *“Tensionar esses espaços dentro do serviço para que não seja só profissional de ficar executando, né? Então, fazer grupo de estudos, ter uma cooperação no serviço, ter uma coordenação no serviço para fazer esse debate, sabe? fazer um estudo de caso, isso daí promove também essa capacidade de refletir.”*

Participação 20 *“A gente tem que ser crítico, reflexivo, competente e tem mais uma que é compromissado. Na maioria das vezes a gente só consegue ser compromissado, e algumas vezes competente, a criticidade fica longe por que tu não tem tempo de pensar, e vai muito da criatividade.”*

1.3 Terceiro tema

Esse terceiro tema foi introduzido espontaneamente pelas participantes. O que houve foram manifestações espontâneas sobre o assunto das correlações de força que se estabelecem dentro do equipamento, e como isso influencia na forma que as ações profissionais serão executadas, que o trabalho será executado. Em certo momento, ocorreu o debate sobre os contratos temporários na assistência social, impulsionando uma intervenção por parte da pesquisadora para compreender e concluir o assunto: “E vocês acreditam que por ser ACT influencia também na forma como vai executar as ações profissionais?”

Participação 1 *“Eu acho que uma das coisas que perpassam a ação profissional também é a correlação de forças, por que não adianta só você tá respaldado pela política que tu tá trabalhando, mas tu tá ali engessado por que é uma correlação de forças do Espaço que tu ocupa, né? tem lugares, aqui de manhã por exemplo eu consigo fazer várias coisas, a gente consegue tensionar e ser chato mesmo, em relação, ainda que não venham respostas, mas a gente coloca, a gente consegue se colocar, a gente consegue parar para estudar, a gente consegue reivindicar certas questões que qualificam a ação... a tarde eu não consigo, do outro trabalho, aí vai depender muito, tanto da correlação de forças da gestão que tu tá, quanto do entendimento profissional dos teus colegas, que acham ou não acham necessário aquilo.. É aqui por exemplo, de manhã, o incentivo que se tem para gente estudar, enfim, a pensar sobre a prática, a tarde é taxado como academicismo isso, então eu não tenho mesmo espaço de propor de ser uma profissional propositiva, de ser uma profissional criativa, por que na tarde entende-se como ação profissional somente a execução final do trabalho. Então é complicado porque tem poucos campos de trabalho, a remuneração é complexa.”*

Participação 2 *“É, às vezes o tipo de vínculo que a gente tem, o vínculo empregatício que a gente tem, que a gente se coloca às vezes numa posição de não conseguir questionar.”*

Participação 3 *“De subalternidade real, porque tu não consegue questionar mesmo, e tu precisa daquilo. São baixos salários, tudo isso vai impactando diretamente na ação profissional: até onde você consegue ir com tua ação profissional?” [...] e continua: “E vai ter coisas que tu sabe que faz parte da tua ação, que é você se posicionar e fazer o enfrentamento e tudo mais, mas em determinados espaços, tu não dá conta. Não adianta tu dizer que dá por que não dá. Tu não é o soldado de Deus sozinho, entendeu? Eu já durei um ano num lugar que eu falava assim ó: ‘olha gente eu to aqui enquanto fulana, gostaria que vocês tirassem assistente social de baixo do meu nome, porque eu não estou atuando como assistente social, apesar de estar contratada como’. Porque eu não tinha como sair e não tinha como fazer o enfrentamento, eu estava sozinha dentro de um espaço. Então vai depender muito para você executar uma ação profissional de qualidade, que compreenda todas essas dimensões que a gente tá colocando aqui, vai depender também do espaço que você tá, da correlação de forças daquele espaço.”*

Participação 4 Mencionando uma situação parecida com a da fala da última participante, outra participante colocou: *“nesse caso, eu não consegui ficar dois meses, eu falei: ‘ou eu faço o que tenho que fazer enquanto profissional ou não fico aqui’, e aí tive que sair. Mas eu tinha um vínculo efetivo, então eu conseguia transitar, diferente quem tem contrato, que aí tem que se submeter. E mesmo nós que somos efetivos, a gente sabe que dos desafios que a gente tem para poder exercer nosso trabalho, imagina quem tá com contrato temporário, ou quem tá dentro de uma ong.”*

Participação 5 *“Hoje, por exemplo, eu acabei de ter a confirmação: ACT dentro da Palhoça não existe uma legislação específica que vai reger nosso trabalho aqui dentro. O RH me respondeu que hora fica a cargo do estatuto dos servidores efetivos, que a gente não faz parte, ora fica a cargo da interpretação via CLT, que a gente também não faz parte, a gente não tem nem o direito de CLT. Então assim, as normativas que vão balizar o nosso trabalho, isso vai influenciar também na ação, no sentido de que, como que a gente bota o enfrentamento em relação a algumas coisas, como que a gente banca o questionamento em relação a algumas coisa, sendo que tem essa fragilidade de vínculo, né?”*

Participação 6 *“Sobre a questão do coletivo, mesmo quando a gente pensa na questão do vínculo efetivo e do contratado, nós, enquanto profissionais, enquanto categoria*

trabalhadora, a gente tem que trabalhar junto. Não seja assim: 'ah eu sou efetivo e vocês que rebolem ai para poder dar conta'. A gente poder lutar junto, por que lembrando que assim como nós pensamos que o usuário é um trabalhador como nós, nos também dentro do serviço, aqui no caso, efetivos ou contratados, com clt ou temporário, a gente somos todos trabalhadores e a gente precisa por que esse processo de ligação com o serviço ele também prejudica, seja efetivo ou seja contrato, por que quando a gente consegue pensar que nos todos juntos, conseguimos lutar para que haja uma efetivação do trabalho, que haja uma, dentro do mercado, a gente vive dentro do sistema capitalista, é claro que para o sistema capitalista é importante que os vínculos sejam frageis por que ai tem aquela questão do exercito de desempregados que vão aceitar qualquer valor, qualquer condição de trabalho, mas a gente precisa continuar nessa luta para poder (a fala foi interrompida por outra participante).

Participação 7 *“É, essa questão da ação, a gente tem o mesmo objetivo, o mesmo horizonte profissional que vai ser balizado pelas referências e pelas normativas da categoria, mas a gente tem condições diferentes. É isso que estou querendo colocar, que essas condições diferentes do trabalho em cada espaço, elas também vão impactar diretamente na nossa ação e até onde a gente consegue de fato efetivar uma ação profissional de qualidade.”*

Participação 8 *“Isso ai é a autonomia relativa, que nós temos, por que ao mesmo tempo que a gente tem todas essas normativas e todos os caminhos, mas a gente tem todas essas questões que envolvem o nosso local de trabalho ali, a instituição para a qual estamos trabalhando, e aí isso acaba no dia-a-dia dando uns choque ali, e aí é necessário, por isso que assim, algo que a gente sempre traz né, a necessidade da gente tá sempre se qualificando, sempre estudando por que isso nos traz a base para que a gente possa fazer esses tensionamentos, claro que a gente sabe que tem a questão da instituição, em alguns momentos tem a questão dos próprios profissionais, por que nem todos têm o mesmo entendimento que precisa fazer esses tensionamentos né, que a gente precisa ocupar esses espaços, e aí a gente se depara com essas questões no dia a dia.”*

Participação 9 *“Quando eu quis falar do coletivo, eu quis dizer que por exemplo: a fulana tem uma demanda dela ali, profissional, mas aquela demanda dela impacta no nosso trabalho. Se essa demanda é enfrentada de uma forma individual ela vai ter um tipo de resposta institucional. A gente consegue coletivizar ela, trazer para nós, e dizer: não, peraí, eu to na mesma condição dela, então isso pode acontecer comigo também.” e continua: “As coisas*

individualizadas tendem a individualizar o indivíduo e nós, enquanto assistentes sociais, a gente tem uma orientação, da nossa profissão mesmo, de coletivizar a demanda dos usuários. Mas muitas vezes a gente esquece de fazer. Se uma pessoa falar: ah eu quero fazer o grupo de estudos. Vai ter grupo de estudos gente? Não vai, porque uma pessoa sozinha não consegue mobilizar. Agora a gente enquanto coletivo de trabalhadores, apresentando aquilo dali como uma demanda, é outro enfrentamento.”

Ao iniciar o debate sobre a mobilização de demandas e as condições para realizar os processos dentro do serviço, diversas pontuações foram feitas sobre a diferenças dos cargos efetivos para os de contrato temporário. Nesse contexto, a pesquisadora realizou uma intervenção com a seguinte pergunta: “E vocês acreditam que por ser ACT influencia também na forma como vai executar as ações profissionais?”. Algumas respostas foram contempladas:

Participação 10 *“Totalmente, por que essas condições que a gente tá colocando aqui elas vão ta diretamente ligadas com a ação profissionais. A gente não tem as mesmas condições para ter uma ação profissional de qualidade do que um funcionário efetivo, porque a gente não tem os mesmos direitos. Então, a forma de se posicionar é diferente, a forma de fazer o enfrentamento é diferente, a fragilidade do contrato, o contrato pode ser desligado, não necessariamente a qualquer momento, por que precisa de uma justificativa plausível. Mas há muito uma chantagem na renovação do contrato, quanto mais posicionado você for, mais certeza você tem de que o seu contrato não vai ser renovado, e isso às vezes você começa escutar no dia que você entra. O recado é: “se comporte pq senão seu contrato não vai ser renovado”.*

Participação 11 *“Pode a qualquer momento vir um efetivo e você ser remanejado”*

Participação 12 *“E a condição de você estar tentando viabilizar, garantir, mediar direitos sem ter os teus próprios direitos enquanto profissional respaldados.”*

Participação 13 *“É contraditório isso, porque você trabalha com a garantia de direitos, mas ninguém garante o direito do trabalhador.”*

Participação 14 “Porque isso vai tá também no teu pensamento. Vai influenciar na sua capacidade crítica. “Nem pra mim eu to conseguindo fazer”. Pode vir a ter uma naturalização daquilo, das possibilidades ou da falta de possibilidades que tu tem.”

Participação 15 “E até quando a gente pensa nesse contrato, ele fragiliza também quem é efetivo, porque faz com que a remuneração do efetivo, assim como do contratado fique baixa. E aí o efetivo não tendo uma qualidade de retorno financeiro, não consegue também se qualificar. Não tem condições de trabalhar, e conseguir estudar e fazer ainda um auto cuidado, vamos supor, em pagar uma terapia.”

Participação 16 “E sem falar que nós não temos aqui educação permanente né? Além de tudo não tem a qualificação do serviço.”

Participação 17 “E uma condição que é de direito de vocês vira uma condição de privilégio. A questão da gratificação. É o mínimo, porque a gratificação tinha que ser incorporada no salário, e aí vocês ficam numa condição de privilégio, e eu digo além, dependendo do campo que tu tiver, a condição de ACT vai influenciar inclusive no tratamento das outras colegas em relação a você. Dos outros profissionais em relação a você, dependendo de por exemplo, eu tenho a mesma responsabilidade das minhas ações, eu acabo misturando aqui e lá, mas eu acho que a gente tem um objeto em comum independente do lugar que a gente for. Influência nas múltiplas dimensões da intervenção social ao vínculo que estabelece.”

Participação 18 “Sim, o tipo de vínculo influencia muito na forma como a gente vai lidar com os encaminhamentos, com as intervenções, com os enfrentamentos. Porque assim, os atendimentos, muitos deles têm rebatimentos aqui dentro né? E enfrentamento que a gente tem que fazer aqui. As vezes tem atendimento que ele não vai se dar de forma tradicional, ele vai ter que passar por esse crivo nosso, não é sempre que a gente vai ter encontro com o profissional que tem uma perspectiva mais crítica. Então o vínculo impacta muito nisso.

1.4 Quarto tema

“Como você compreende a relação teoria e prática no âmbito da ação profissional?”

Participação 1 “*Eu percebo que todos os dias eu me cobro que eu preciso ter teoria. Não tem como agir se tu não tem o conhecimento. Vou dar um exemplo agora de quando a gente foi ligar o data show: as vezes a gente até consegue ligar, até consegue dar certo, mas se tu não conhece a teoria de como de fato funciona aquela máquina, e quando tem algum problema, tu consegue de fato resolver aquilo, tu percebe que tu ter só a prática de ir lá, apertar botão às vezes conseguir as vezes não, mostra que o conhecimento da teoria é necessária, que se não a prática não vai ser efetiva, contínua, e alcançar sempre nos momentos críticos o objetivo que tu quer. Na mesma forma a nossa ação profissional, a gente precisa ter a teoria, como por exemplo, se eu não tenho uma leitura previa sobre abuso infantil, do que é violência infantil, eu não vou consegui distinguir o que é ou não é, então a gente precisa da teoria. E no âmbito de cada trabalho, porque dentro da política da assistência é um conhecimento, e de alguma forma a gente precisa ampliar porque a gente precisa ter um pouco de informação da saúde, da habitação, das políticas, para fazer esta intervenção.*”

Participação 2 “*Eu que tenho pouco tempo de formada, a teoria pra mim vem muito, assim, diariamente. Eu acho que não tem como tu ter uma prática que não está vinculada a teoria, ela viola direito, ponto. Agora eu acho que há lacunas importantes aí que precisam ser preenchidas, ao mesmo tempo que entendo também que a realidade é dinâmica, então sempre haverá lacunas. Mas acho até que essas lacunas são necessárias para a gente estar sempre em movimento. Porque a teoria não tá dada né? A realidade não está dada. Não existe uma prática sem a teoria, mas que ela seja uma construção constante também, dentro do exercício.*”

Participação 3 “*Mas pra ti ver que interessante né? tu falou: tu ta formada a pouco tempo e verifica a necessidade de trazer algumas coisas da teoria ali pra tua prática. Eu tô formada a 14 anos e eu também sinto essa necessidade. Então é algo até pra nortear a tua ação profissional. Mas eu entendo que até pra gente ser um profissional crítico, a gente precisa mesmo (da teoria).*”

Participação 4 “*Eu acho que o nosso conhecimento, do serviço social mesmo, da nossa formação, ele é a nossa base, é o que vai orientar o nosso exercício profissional de forma crítica. Mas isso que a fulana traz ali, é o nosso compromisso profissional ético, a gente sempre tem que tá estudando. Eu tô formada a 8 anos, e atuando na política de assistência social, não atuei em outra política, mas assim o, em nenhum momento da minha vida profissional eu vi descolado disso. Não tem como. Qualquer intervenção, eu lembro de coisas que eu estudei, do*

que meus professores disseram, para além do serviço social. Até porque a graduação é o início da nossa vida enquanto profissional, estudante, por que a gente vai estudar sempre. As legislações mudam o tempo todo, só que esse conhecimento que eu falei, que é base do serviço social, cada vez eu tenho mais certeza de que esse aqui é o fundamental do conhecimento, nossa base teórica. Porque tem muita gente que confunde isso [a base teórica] com as orientações do ministério do desenvolvimento social, com cadernos, que confunde com a legislação, a legislação tbm faz parte desse arcabouço, mas a gente não se baseia nisso. A nossa perspectiva profissional aqui, a nossa identidade profissional, é desse conhecimento.”

Participação 5 *“E quando a gente esquece disso a gente tem um problema.”*

Participação 6 *“Tem um problema, porque aí a gente vai querer encaixar todo mundo naquilo dali. E a legislação ela é o que: muitas vezes restritiva, ela é focalizada. E aí a gente não consegue fazer uma visão sócio histórica daquele sujeito, só a partir da legislação. Então para mim, essa base teórica que vem do serviço social ela é fundamental para que a gente consiga, que a gente tenha uma perspectiva da garantia de direitos.”*

Participação 7 *“A nossa ação, ela é (uma) ação que toda ação é política. Porque a gente tem o poder de escolha né? E a gente, dentro do serviço social tem esse poder de escolha da ação, embora cada ação que gente tomar, cada escolha, ela tem que ser pautada na teoria, e na nossa teoria, tem que tá dentro da legislação mas a gente não poder fugir da nossa teoria. e aí é onde entra os empates, porque muitas vezes a gente vai dar (soquinhos nas mãos).”*

Participação 7 *“Porque aí qual que é a nossa teoria? E aí a gente entra num embate grande aqui. A gente fala muito sobre o respeito às diversas correntes teóricas, mas a gente não pode perder de vista, enquanto profissional, que o serviço social segue hegemonicamente uma perspectiva e uma teoria crítica. E aí, independente de ser a teoria crítica marxista ou da vertente marxista, - porque não tem como se desvincular muito disso - essa questão de você entender que a gente segue uma perspectiva crítica, que vai dizer que a gente precisa analisar a historicidade, totalidade, contradições para poder balizar nossa prática, essa falta desse entendimento, as vezes vai causar todo um engessamento das ações. Por que aí vai se compreender dessa forma: a gente vai discutir aqui uma normativa, ou uma questão legal, tanto da profissão como da política e ela vai ser vista de uma forma engessada. Quando a gente*

entende a nossa prática, nossa ação, numa perspectiva crítica, a visão é outra, se amplia, então também é importante a gente pensar em qual teoria a gente tá falando, que a gente se baliza.”

Participação 8 *“Até queria colocar uma questão, quando tu fala disso, como eu tenho o caso da UFSC, quando tu tem aquele conhecimento, típico do serviço social, aquela dinâmica de estudo, - estou a 22 anos formada - até hoje eu consigo me lembrar das aulas dos professores, dos materiais que eu li, estudava lia muito. Às vezes não consigo lembrar do nome do autor e tal, mas quando eu to na minha prática, a antropologia, a sociologia, tu lembra desses conhecimentos. O básico da psicologia que a gente teve lá, as matérias.”*

1.5 Quinto tema

Espontaneamente introduziu-se o tema sobre os cursos de ensino a distância (EAD) presentes no serviço social, como um apontamento que influencia na ação profissional dos futuros profissionais em formação. Porém, por esse ter sido um debate muito extenso e ter ultrapassado os limites indicados para seguir na linha de debate da ação profissional, optou-se por apresentar apenas as falas mais pertinentes das participantes, no sentido de manter o foco da pesquisa apresentada.

Participação 1 *“Eu tava discutindo esses dias com uma colega que tava reclamando de conseguir um estágio dentro do serviço social, e é uma colega que tá numa formação em EAD. E aí teve uma discussão. Durante minha graduação eu fui residente na ABEPSS, que vai trazer as diretrizes curriculares pro serviço social, e foi o que eu tava explicando para ela. Pra mim é complicado fazer a supervisão de uma pessoa que não tenha uma formação balizada nas diretrizes curriculares da ABEPSS. Não é porque é uma formação EAD. É porque quando a gente, vai pegar uma estagiária que não tem o conhecimento dessas diretrizes, é um trabalho que eu não me sinto capacitada a fazer no momento, talvez com mais tempo de leitura e profissão... eu acho necessário que haja a supervisão, mas há uma lacuna muito grande da formação, que vai influenciar na perspectiva ético-política dessa pessoa que tá em formação que eu não me sinto capacitada para supervisionar. E aparece na fala também né? que são coisas que tu vai precisar desconstruir e reconstruir com essa pessoa.”*

Participação 2 *“Nós fizemos um evento em 2019, com a Yolanda Guerra, nós trouxemos ela para ela falar sobre isso: sobre o exercício profissional. E lá levantou-se uma questão a*

respeito do ensino a distância. Existe um problema muito grande: o EAD está aí. “não queremos que tenha”, mas está aí né? se firmou, existem muitas faculdades e não adianta a gente não falar sobre isso, e se abster ou isolar eles desse debate. Então quem está no ensino EAD tem que ser chamado para essa roda, porque senão a gente não oportuniza né? e eles vão trabalhar, o pessoal que vão se formar em outras universidades eles vão trabalhar, vão passar nos concursos, estão trabalhando.”

Participação 3 *“O que eu to falando é que não adianta a gente não falar sobre isso, a questão ali da ABEPSS”.*

Participação 4 *“A crítica na verdade é a política de educação que é uma mercadoria, então eles não se preocupam. Muitas faculdades, não é a questão: “há porque eu me formei em tal lugar”, não é essa questão, até pq muito perpassa a pessoa né?”*

Participação 5 *“E assim, o que a gente tá falando, que também perpassa a ação profissional, é que existe sim uma política de precarização da educação como um todo, tanto a universidade pública quanto às outras. A universidade pública também entra naquilo que a gente tava falando de autonomia. Os professores de instituições públicas eles tem uma autonomia diferente dos professores da particular. Eu sei disso porque eu tenho amigos que são professores e falam isso: “A gente não tem autonomia para algumas coisas, algumas pautas inclusive a gente nem pode falar, porque como que eu vou criticar por exemplo a questão da educação das universidade privadas e até no próprio capitalismo, dentro de uma instituição privada?”. Então tem debate sim que não vai ser feito. Mas isso tem que ser mediado pelas instituições que têm que fiscalizar.”*

Participação 6 *“E isso do estágio que tu falou, eu também tinha essa perspectiva: que eu tbm me sinto mais à vontade para supervisionar alguém que tenha uma formação que eu também tive, porque daí eu tbm sei da onde vem. Ah vai falar: “tal professora” já sei quem é aquela professora. Vai falar tal coisa eu sei que foi dado aquilo ali porque eu também estudei. Então isso é uma questão.”*

Participação 7 *“Mas eu te digo: to a 22 anos formada. Também tive resistência. Eu pensava: “não, eu tenho muito que aprender ainda”. Só que assim, quando tu ta com estagiário isso também te ajuda a se perceber: “a perai eu vou passar isso aqui, eu posso aprender isso*

novo”. A gente vai ter a oportunidade de também estar se oxigenando, se a gente pensar que não tá pronto, a gente nunca vai tá pronto.”

Participação 8 “Eu tive uma estagiária, e tive muitos momentos de tensionamento onde eu estava, e ela era a única pessoa com quem eu conseguia dividir as questões ali. E a gente conseguia refletir em relação a tudo que ocorria naquele espaço. Por que ela era a única que conseguia fazer aquela leitura junto comigo. Os outros profissionais de outras áreas de atuação, não conseguiam ter o mesmo olhar para aquela situação e foi com ela que eu consegui.”

Participação 9 “No serviço social nós também temos essa particularidade. Eu acho que não é uma richa de faculdade, nem isso e aquilo. Mas é a questão da profissão. Não adianta, já está posto so que tem que ser fiscalizado. Não pode fugir da nossa matriz teórica, do conhecimento que a gente precisa ter para atuar. Então as resoluções, elas deixam isso muito claro também, o nosso projeto ético político traz muitas questões que elas tem que ser contempladas sim, dentro do ensino. Então tem que ser fiscalizado independente de qual faculdade for.”

Participação 10 “Sim, mas que a gente tenha sempre o olhar crítico para a formação né? independente de qual seja.”

Participação 11 “Mas eu acho muito interessante que na prática profissional as vezes eu me pego nessa questão da teoria e movimento trazendo ali a teoria para minha prática. E aí eu fico pensando: realmente, me cobrando a questão de ter que estar sempre aprendendo sempre se atualizando, sempre buscando.”

Participação 12 “E também tem a questão que nós não atuamos de forma isolada né? em nenhuma das políticas que nós atuamos. Então depende de uma articulação entre outras políticas, profissionais, setores, enfim.”

Participação 14 “Depende do contexto político que a gente tá. Alguns contextos políticos são mais favoráveis para as políticas sociais e onde que a gente atua, nas políticas sociais. Então se é um governo que a gente tá agora que exige redução dessas políticas, corte

de verba, verba nenhuma, e aí existe outros contextos em que a gente consegue fazer mais coisas.”

Participação 15 *“E aí entra a realidade social, que é aquela que a gente tem que fazer uma avaliação muito ampla para poder desenvolver o trabalho.”*

1.6 Sexto tema

“Como a ação profissional é interpretada pelas profissionais deste grupo?”

Participação 1 *“Então, eu acho que dá pra dizer que a ação profissional ela é balizada pelo teu conhecimento teórico, pelas normativas que estão balizando as políticas que a gente tá inserido, pelo projeto ético-político que vai balizar nosso horizonte profissional, e pela correlação de forças dos espaços ocupacionais. E como lidar com essa correlação de forças sem ter uma perspectiva messiânica da profissão de que tem coisas que você não vai conseguir bancar o enfrentamento, e até acho que vou um pouco mais além, como lidar com a discriminação dentro da profissão de quando você não consegue bancar o enfrentamento? Por que isso também existe. Então essa coisa da correlação de forças é uma coisa que precisa estar abarcada pela literatura, né? Para a gente pensar e ter instrumentos para poder pensar em como trabalhar com isso, superar isso. Porque no sistema que a gente vive a gente não vai superar.”*

Participação 2 *“e eu diria também que a questão salarial, porque a gente é uma categoria que hoje não tem um piso salarial, então a questão salarial, também impacta na nossa ação profissional, porque nós, enquanto profissionais que deveríamos estar no nosso espaço de trabalho, só focados no nosso atendimento, na nossa produção de conhecimento e tal, a gente ainda precisa se preocupar com questões salariais. Nós aqui temos essa fragilidade, a questão da gratificação. Agora, a gente não tá num período que fica sofrendo o tempo todo aquela ameaça de entrar gratificação e sair gratificação, mas tinha anos que era assim. Todo ano era aquilo de que ia sair a gratificação, e ia voltar. Essa questão salarial impacta diretamente aqui no nosso status de trabalhador porque a gente não consegue desenvolver nossas intervenções de forma concentrada só nisso, porque a gente tem outras demandas enquanto trabalhador.”*

Participação 3 *“E essa questão fragiliza o coletivo, porque tem muita rotatividade de profissionais, ele fragiliza de certa forma o usuário também, porque o usuário em um momento tava sendo acompanhado por um técnico, daqui a pouco é acompanhado por outro, e aí muitas vezes tem que retornar lá do início o acompanhamento para tu conseguir desenvolver um trabalho, aí quando tu tá quase chegando lá, sai um profissional e volta tudo de novo, e acaba refletindo no próprio usuário.”*

Participação 4 *“São as questões da precarização total do trabalho, né?”*

Participação 5 *“E o que nos faz também vítimas da questão social, que nós somos os primeiros a pagar pela relação do trabalho, enquanto assalariado.”*

1.7 Sétimo tema

“Gostaria de indicar ou ver problematizado algum aspecto sobre ação profissional que não foi abordado e discutido aqui?”

Participação 1 *“Eu acho interessante também falar sobre isso: Que a gente não estuda na universidade, a gente não está acostumado a falar sobre esses espaços que a gente tem que ocupar, tanto na função de planejamento das políticas, que é fundamental enquanto assistente social, a gente tá ali envolvido, é muito pouco, a gente precisa entender mais de orçamento de planejamento de políticas e também de gestão, porque a gente não se colocou durante muito tempo nesses espaços de gestão e daí a gente deixou outras pessoas ficarem ocupando e ditando como seria a política, como seria o andamento dos serviços. Eu acho que a gente tem que se colocar nesses lugares sim, debater a política, contribuir de forma crítica para construção de um trabalho comprometido com nosso projeto ético político. Então eu acho que isso também tem que entrar dentro da nossa ação profissional, para a gente ocupar esses outros espaços, porque alguém vai ocupar, se não for nós, alguém vai ocupar, eu acho que a nossa formação não prioriza esse debate.”*

Participação 2 *“Embora a Yamamoto batia muito nessa tecla: de que a gente não ficasse só na execução, e participasse do planejamento.”*

Participação 3 “Essa questão de conhecer o financiamento público também. É uma coisa muito complexa e acaba que a gente para na página 2 né?”

Participação 4 “Acho que outro ponto que é importante levantar, tanto na participação quanto na ação, é a questão da saúde. Há um esgotamento mental para além das condições de trabalho. As nossas requisições tratam de violência. A gente vai conseguir tipificar violência aqui, (no CREAS), ou a violência na básica, ou na saúde, mas elas tratam de violência, da subalternização da população, de todas as expressões da questão social ali envolvidas num único atendimento. E aí você lidar com isso e lidar com as discussões dos espaço de participação, principalmente quando não são só da categoria. Nos espaços coletivos de conselho e tal, é impossível, tem momentos que é impossível. Então como garantir essa participação se a gente também não tem garantia de saúde mental? Numa profissão como a nossa, e a gente tem zero acesso à saúde mental, que seria fundamental, também é algo que vai impactar nesse comprometimento, nosso compromisso com a qualidade e com a participação.”

APÊNDICE 2:**TERMO DE CONSENTIMENTO****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DA IMAGEM E ÁUDIO**

Eu, _____, nacionalidade _____, estado civil _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) à Rua _____, bairro _____, Município de _____/SC neste ato AUTORIZO o uso de minha imagem e voz para serem utilizados exclusivamente na produção do Trabalho de Conclusão de Curso de Marcia Weyh Schnorrenberger, acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina e também em Projetos de Pesquisa com fins didáticos e informativos. E por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou qualquer outro, e assino a presente autorização em duas (02) vias de idêntico teor .

Palhoça, 07 de Outubro de 2022.

Assinatura: _____